

JÚLIA KAROLINE FERREIRA MOURA

**ALIMENTAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA:
UM ESTUDO DE CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO CELSO FURTADO, SANTO AMARO DAS BROTAS/SE**

São Cristóvão – SE

Agosto – 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS – CCAA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA – DEA

**ALIMENTAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA:
UM ESTUDO DE CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO CELSO FURTADO, SANTO AMARO DAS BROTAS/SE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Engenharia Agrônômica – Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

APROVADO EM:

ORIENTADO (A): Júlia Karoline Ferreira Moura

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Schervinski Villwock
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Camila Lago Braga
(Banca examinadora)

Eng^a. Agrônoma Maria Eduarda Lisboa Santos
(Banca examinadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, pois sem ela, nada disso seria possível. Há muitas formas no mundo de expressar o amor, e minha mãe me deu suas asas para que hoje eu pudesse voar. Ao meu irmão, que sabe que tudo é por ele e foi a primeira pessoa por quem experimentei o amor mais puro. Ao meu amado, Vinícius Cunha, namorado e melhor amigo, com quem posso contar, dividir o melhor da vida e colecionar momentos que nunca pensei que gostaria de viver. A vida, com vocês, é aquela que vale ser vivida.

À minha amiga do coração, Larissa, com quem dividi todos os momentos ao longo dos anos de Universidade, esse momento é nosso. Aos amigos que a vida me deu, Bruna e Gabriel, pela partilha de tudo: momentos, risadas e carinho. Sou grata por ter vocês em minha vida.

Agradeço ao GEDRUFs, com um carinho especial para as meninas do mestrado – Emilly, Duda e Jeangela – pelos momentos, ensinamentos e tudo que passamos intensamente nesses últimos meses.

À minha orientadora, professora Ana Paula, por tudo até aqui. Professora, eu não sou boa com palavras, mas a senhora sabe que tudo que sei, o que me tornei, só foi possível porque, um dia, a senhora me escolheu e viu que algo em mim valia a pena.

Um agradecimento especial aos professores do DEA, com um abraço aos professores Viegas, Tadeu, Regina e Ratinho, pela confiança, conversas e conselhos. Sou para sempre grata!

A todos que participaram da minha vida e que seguiram caminhos diferentes, sou grata por tudo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3. METODOLOGIA	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
APÊNDICE A	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso metodológico da pesquisa.	17
Figura 2 – Agrovila do assentamento Celso Furtado.	19
Figura 3 – Estratificação por idade dos agricultores familiares chefes dos estabelecimentos no PA Celso Furtado.	23
Figura 4 – Nível de escolaridade dos agricultores familiares chefes dos estabelecimentos no PA Celso Furtado.	24
Figura 5 – Principal renda dos estabelecimentos familiares dos diferentes estratos de produção no PA Celso Furtado.	25
Figura 6 – Produção agrícola dos estabelecimentos familiares dos diferentes estratos no PA Celso Furtado.	28
Figura 7 – Produção pecuária dos estabelecimentos familiares dos diferentes estratos no PA Celso Furtado.	30
Figura 8 – Autoconsumo, venda, autoconsumo e venda da produção agrícola dos estabelecimentos familiares dos diferentes estratos no PA Celso Furtado.....	33
Figura 9 – Autoconsumo, venda, autoconsumo e venda da produção pecuária dos estabelecimentos familiares dos diferentes estratos no PA Celso Furtado.....	35
Figura 10 – Produtos adquiridos fora do estabelecimento familiar, por estrato de produção, no PA Celso Furtado.	38
Figura 11 – Número de refeições diárias realizadas pelos agricultores familiares do Celso Furtado..	41
Figura 12 – Situação de fome dos agricultores familiares do Celso Furtado.	43

LISTA DE SIGLAS

ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente

AF – Agricultura Familiar;

GAPB – Guia Alimentar para a População Brasileira;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional;

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

PA – Projeto de Assentamento;

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;

PAM – Produção Agrícola Municipal;

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional.

RESUMO

A alimentação e diversificação produtiva tem papel fundamental na promoção da SAN no meio rural, especialmente no que tange a agricultura familiar. Desta forma, o objetivo do presente trabalho é analisar a inter-relação da produção e alimentação no Projeto de Assentamento Celso Furtado, no município de Santo Amaro das Brotas/SE. A pesquisa contou com a realização de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados a campo, realizado a partir da aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, com objetivo de coletar dados quantitativos e qualitativos. Posteriormente, os dados quantitativos foram tabulados e sistematizados, e a partir da produção agrícola, dois estratos analíticos foram elaborados, sendo eles: Estrato 1 – estabelecimentos com 13 ou menos produtos agrícolas e Estrato 2 - estabelecimentos com mais de 13 produtos agrícolas; caracterizando grupo com menos e mais diversidade produtiva, respectivamente. Dessa forma, as variáveis selecionadas, foram: faixa etária, escolaridade, políticas públicas, produção agrícola, produção pecuária, autoconsumo, venda, autoconsumo e venda da produção agrícola e pecuária, alimentos adquiridos fora do estabelecimento, número de refeições diárias e situação de fome. Utilizou-se de estatística descritiva para fomentar a análise dos dados. Os dados qualitativos foram transcritos e analisados por meio da análise de conteúdo. Como resultados, foi possível observar que ambos os estratos produtivos seguem as mesmas tendências, especialmente no que corresponde aos âmbitos etários, educacionais e produtivos. Isso pois, nos dois estratos, observa-se o processo de envelhecimento dos chefes de família, baixa escolaridade e migração dos jovens, fatores que limitam a sucessão e a reprodução social das famílias. Apesar da diferença na proporção de diversificação produtiva, os estabelecimentos seguem as mesmas tendências etárias, de escolaridade, renda, produção agropecuária e, principalmente, alimentação. Isto pois, para ambos os estratos, os estabelecimentos cultivam os mesmos produtos, criam os mesmos animais e se alimentam de forma semelhante. Porém, o Estrato 2 está mais ligado aos mercados (especialmente o de proximidade) e o Estrato 1 produz em maior proporção para o autoconsumo. Com isso, conclui-se que o contexto produtivo do PA Celso Furtado é pautado no autoconsumo e diversificação produtiva, voltado às necessidades da família em detrimento dos mercados.

Palavras-chave: agricultura familiar; diversidade produtiva; assentamentos rurais; alimento.

1. INTRODUÇÃO

A alimentação e a diversificação produtiva constituem dimensões indissociáveis no contexto do desenvolvimento rural sustentável. A adoção de sistemas produtivos diversificados possibilita a ampliação da disponibilidade de alimentos variados, saudáveis e culturalmente adequados, favorecendo dietas de maior qualidade. Nesse sentido, a diversificação produtiva assume papel estratégico na promoção da segurança alimentar e nutricional, assegurando o acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade suficientes dentro e fora dos estabelecimentos agropecuários.

Assim, o tema da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, que foi instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, trata da realização do direito de todos ao acesso de alimentos em qualidade e quantidade suficientes, de forma regular e permanente, sem renunciar a outras necessidades essenciais para a manutenção da família, vem ocupando espaço, especialmente no que corresponde ao meio rural, em decorrência dos apelos pela erradicação da fome e que é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável posto na Agenda 2030¹. Ademais, de acordo com os dados da PNAD 2023 (2024), 37,7% dos estabelecimentos rurais sofrem com a Insegurança Alimentar e Nutricional – IAN, em que, deste total, 24,0% representam a IAN Leve; 7,7% representam a IAN Moderada; e 6,0% representam a IAN Grave. Evidenciando a importância dos debates acerca dos meios para alcançar a SAN, especialmente no que corresponde ao meio rural, visto que apresentam dados mais alarmantes.

De encontro ao modelo hegemônico, posto pela lógica capitalista, que contribui com a criação de Impérios Alimentares que se caracterizam pelo controle da produção e processamento de alimentos por grandes corporações globais (Ploeg, 2008), a agricultura familiar – AF – desempenha um papel fundamental na promoção da SAN no meio rural, já que as dinâmicas, em sua maioria, são guiadas pelas necessidades da família e não por uma lógica tradicional de mercado global. Ainda, o conceito de agricultura familiar² proposto por Wanderley (2009) contribui com essa ideia quando afirma que, ao assumir o trabalho do estabelecimento, a família é proprietária dos meios de produção, ou seja, encontra-se no centro das decisões produtivas, sociais e econômicas.

¹ A Organização das Nações Unidas – ONU (2016) instituiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS como um apelo pela erradicação da pobreza e proteção do meio ambiente, de forma que as pessoas pudessem viver e se desenvolver com qualidade de vida.

² No presente trabalho, apesar de tratar de assentados de reforma agrária, utiliza-se do conceito de Agricultor Familiar proposto pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por compreendê-los no mesmo escopo e sob as mesmas diretrizes propostas por ela.

A forma de produzir, por si só, evidencia a resiliência perante as mudanças produtivas de cunho global, contribuindo para a conservação de práticas e saberes tradicionais, partes integrantes da cultura local. Para isso, é imprescindível que a diversidade regional seja compreendida e abraçada como bandeira, de modo a fortalecer a agricultura familiar (Maluf; Menezes; Valente, 1996), e que esta, consequentemente possa superar a barreira da IAN, que ocorre quando o indivíduo não tem acesso adequado a uma alimentação suficiente.

Nesse contexto, observa-se que diversificação produtiva é um caminho possível para que a AF caminhe em direção da superação das vulnerabilidades, ao passo que constrói autonomia, especialmente em contextos hostis que podem levar a externalização dos processos anteriormente realizados dentro do estabelecimento (Grisa, 2007; Ploeg, 2008; Schneider, 2012). Logo, a diversificação produtiva se constitui como uma estratégia para promoção e apoio à SAN no meio rural, pois favorece a melhora da qualidade de vida, especialmente no que corresponde a AF. Os estudos de Dantas, Souza e Vale (2024), Modenese e Sant’Ana (2019) e Schinaider Segundo *et al.* (2022) corroboram com essa ideia quando apontam que a variedade de cultivos, alimentos e práticas agrícolas sustentáveis perpetuadas pela AF promovem a SAN no meio onde essas famílias estão alocadas.

Além da diversificação produtiva, a produção para autoconsumo também se caracteriza como uma das estratégias para superação da IAN. A produção para autoconsumo pode ser compreendida como um dos pilares da reprodução social³ das famílias rurais, propiciando a diversificação das estratégias de superação das adversidades contribuindo com a sua melhoria da qualidade de vida, mesmo que não modifique questões de caráter estrutural (Gazolla; Schneider, 2007; Grisa, 2011). Grisa (2007) e Grisa e Schneider (2008) discutem que a produção destinada ao autoconsumo tem relevância não-monetária e justamente por isso contribui mitigando os impactos da pobreza, além de promover a SAN entre as famílias rurais. Diante disso, a autora defende que o modo de produção da agricultura familiar voltado ao autoconsumo também diminui a dependência da família para com os mercados, visto que esta tende a produzir o que é preciso para sua subsistência. Ademais, quanto maior é a diversificação de cultivos ou criações no estabelecimento familiar, entende-se que a variedade da alimentação também será maior, logo, serão necessárias menos idas (ou compras) a supermercados, feiras e mercearias para aquisição de alimentos, além de prover um aporte nutricional maior.

³ Almeida (1986, p. 64) trata a reprodução como a forma “como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo”.

Salienta-se que a preocupação com a autossuficiência e acesso à alimentação é uma das principais pautas dos movimentos sociais rurais, que tem como principal bandeira a soberania alimentar⁴. No Brasil, estes movimentos são, em maioria, articulações nacionais da Via Campesina, um dos principais movimentos camponeses da atualidade, representado nacionalmente por movimentos como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Desmarais, 2007; Ribeiro, 2013). Dessa forma, a soberania alimentar é uma pauta comum aos movimentos sociais rurais ligados à Reforma Agrária, onde a SAN é um de seus pilares (Custódio *et al.*, 2011; Belik, 2024).

Nesse contexto, o local de estudo do trabalho é o Projeto de Assentamento Celso Furtado, instituído pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA através do Programa de Reforma Agrária de Sergipe e regido pelo MST. Este assentamento foi selecionado para a pesquisa em decorrência da proximidade entre as pesquisadoras e os agricultores, estabelecida em projetos anteriores, e de algumas características intrínsecas a ele, que despertou a curiosidade de investigar a relação entre a diversificação produtiva e alimentação das famílias que lá vivem, tais como: a grande diversidade de cultivos agrícolas e produção pecuária, peculiaridades produtivas, articulação do MST no assentamento, entre outras que foram observadas empiricamente a campo e serão abordadas com maior profundidade ao longo do trabalho. Desta forma, o presente trabalho busca contribuir cientificamente com a literatura sobre diversificação produtiva e SAN em assentamento rurais, bem como, contribuir do ponto de vista social/prático ao passo que evidencia a importância das práticas de autoconsumo e sua relação com a alimentação saudável no campo.

Além disso, salienta-se que é essencial considerar que o ato de se alimentar, como fenômeno além do biológico, advém de uma série de questões sociais, culturais e históricas e que isso pode influenciar na forma que os agricultores entendem o meio onde vivem (Menasche; Marques; Zanetti, 2008; Menasche, 2015), bem como, impactar na produção agropecuária do assentamento.

Diante disso, pretende-se destacar que todas as dinâmicas produtivas observadas no Projeto de Assentamento Celso Furtado estão ligadas, em algum nível, ao modo de vida dos agricultores familiares assim como a sua cultura alimentar e participação ativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na articulação das famílias assentadas. Desse

⁴ O conceito de Soberania Alimentar está atrelado aos movimentos sociais rurais pois foi instituído pela Via Campesina durante a Cúpula Mundial da Alimentação em 1996. Segundo a Via Campesina (1996, p. 1), a soberania alimentar é “o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva. A soberania alimentar é um pré-requisito para uma genuína segurança alimentar”.

modo, o presente trabalho tem como perguntas de pesquisa: A alimentação é diferente entre os agricultores familiares com diferentes níveis de diversificação produtiva? Até que ponto a diversificação de cultivos influencia na alimentação das famílias do Projeto de Assentamento Celso Furtado? Destarte, a pesquisa tem como objetivo analisar a inter-relação da produção e alimentação no Projeto de Assentamento Celso Furtado, no município de Santo Amaro das Brotas/SE.

Além desta introdução, o presente trabalho está estruturado em quatro seções. Na primeira, uma revisão de literatura reúne as principais teorias e abordagens quanto ao tema central. Em seguida, o percurso metodológico para a construção da pesquisa. Na terceira, serão apresentados os principais resultados oriundos dos dados coletados a campo, como também, a discussão das análises destes. E por fim, a conclusão, que faz um apanhado geral de tudo que foi desenvolvido ao longo do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Alimentação e diversificação produtiva da agricultura familiar

As discussões das questões alimentares se originaram a partir dos trabalhos de McMichael e Friedmann (1989), que introduziram as análises dos chamados *food regimes* ou Regimes Alimentares. De acordo com McMichael (2009; 2021) um regime alimentar parte de uma estruturação mundial nas esferas político-econômicas que regula o comércio, produção e consumo de alimentos em escala global, ao passo que constitui poder hegemônico. Além disso, é importante salientar que a construção de um modelo de economia capitalista hegemônica se baseou no controle sobre a agricultura, onde a sequenciadas crises financeiras mundiais promoveram transformações na forma de enxergar a alimentação (McMichael, 2009; Friedman, 1993).

Diante disso, o autor define três regimes alimentares tipificados a partir de períodos históricos que os classificam. O primeiro regime alimentar (*first food regime: 1870-1930*) caracterizou-se por relações colonialistas, com a terceirização da sua produção de alimentos para suas colônias, em complemento às monoculturas anteriormente impostas a essas sociedades, processo que comprometeu seus sistemas alimentares (McMichael, 2009). O segundo regime alimentar (*second food regime: 1950-1970*) se iniciou em um momento de Guerra Fria, onde:

“Os "Estados em desenvolvimento" internalizaram o modelo de agroindustrialização nacional, adotando tecnologias da Revolução Verde e instituindo a reforma agrária para conter a agitação camponesa e estender as relações de mercado ao campo. Enquanto isso, o agronegócio elaborou vínculos transnacionais entre os setores agrícolas nacionais, que foram subdivididos em uma série de agriculturas especializadas conectadas por cadeias globais de suprimentos (por exemplo, o complexo transnacional de proteína animal que conecta grãos/carboidratos, soja/proteína e alimentação em lotes)” (McMichael, 2009, p. 141).

Por fim, o terceiro regime alimentar (*third food regime: 1980-atualmente*) é marcado pela ordem mundial neoliberal baseada no que chamou de ‘*corporate food regime*’, que incorpora características do antigo regime onde os subsídios agrícolas das potências do Norte são preservados, e, como uma moeda de troca, os países de terceiro mundo do sul global são “forçados a reduzir suas proteções agrícolas e importar alimentos básicos, e exportar alimentos de alto valor” (McMichael, 2009, p. 148).

Ploeg (2008) afirma que a emergência de uma nova ordem mundial hegemônica tem como consequência uma nova estruturação das questões sociais e naturais, chamada de “Império”, composta por uma série de regulações de natureza política e econômica que liga intimamente o Estado e o mercado. A aproximação desses atores, em conjunto com as instituições financeiras, se converte, mais adiante, em um processo descrito por Niederle e Wesz Junior (2018, p. 315) como financeirização da agricultura, onde “mais do que mercadorias, a terra, os recursos naturais, as commodities agrícolas e os alimentos tornam-se ativos financeiros altamente valorizados e com menor risco do que outros mercados e produtos”.

A partir desse contexto, conflitos e protestos de escala mundial emergiram a partir da contestação de agricultores e trabalhadores, difundindo o conceito de Soberania Alimentar no cenário internacional, que ia de encontro ao regime hegemônico global da época (Friedmann, 1993; McMichael, 2009; Bello, 2009). Esse conceito se difundiu através da ‘La Via Campesina’, movimento internacional de organizações camponesas. O movimento transmitiu, através da ‘Declaração de 1996: por um futuro sem fome’, a noção de Soberania Alimentar:

“A soberania alimentar é o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva. Temos o direito de produzir nossos próprios alimentos em nosso próprio território. A soberania alimentar é um pré-requisito para uma genuína segurança alimentar [...] só pode ser alcançada através da solidariedade e da vontade política de implementar alternativas” (La Via Campesina, 1996, p. 1).

Logo, a Soberania Alimentar mais do que uma forma alternativa de pensar no consumo e produção de alimentos, é um meio de evidenciar a importância de permitir que cada povo

tenha autonomia de decidir o que comer, o que produzir e como, respeitando suas particularidades culturais. Além disso, ela garante uma estruturação diferenciada daquelas ditadas pelo atual regime, visto que as desigualdades são deixadas de lado e todo o sistema é baseado na “sustentabilidade ambiental, social e econômica”, valorizando a economia local (ou até mesmo nacional), como forma de fortalecer a agricultura familiar e camponesa (La Via Campesina, 2007, p. 1).

França (2019) evidencia sob a perspectiva de McMichael (2016) que alguns dos elementos dos regimes anteriores são transferidos ao novo regime, mesmo que este tenha sido reformulado, então, questões como sustentabilidade ambiental, além do acesso aos alimentos e à SAN estão incorporadas à reformulação da política de desenvolvimento. Logo, a partir do conceito de *‘questão agrária do alimento’*, McMichael (2016) explica que o movimento de soberania alimentar representa a luta contra a SAN se basear no mercado, buscando incorporar práticas de base ecológica mundialmente (França, 2019).

Um dos pilares da Soberania Alimentar, como comentado anteriormente, é a SAN (Belik, 2024). O conceito de SAN foi definido, sob a ótica do contexto brasileiro, a partir da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). Segundo esta, a SAN pode ser definida como:

“[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Brasil, 2006).

Com isso, Custódio *et al.* (2011) afirma que enquanto a soberania está constantemente atrelada à bandeira adotada por movimentos sociais ligados à reforma agrária para lutar contra a lógica capitalista imposta aos países em desenvolvimento, o conceito de SAN é um apelo técnico, associado à construção de políticas públicas. Logo, enquanto a Soberania Alimentar diz respeito ao direito de um povo ser soberano, a SAN corresponde ao direito ao acesso ao alimento, de forma que supra também todas as necessidades nutricionais do indivíduo. Por isso, não necessariamente há soberania onde há SAN, porém, a recíproca deve ser verdadeira, já que a base de sistemas soberanos envolve a garantia da SAN.

A partir das declarações acerca da preocupação com a alimentação da ‘La Via Campesina’, movimentos sociais rurais da reforma agrária surgiram no contexto brasileiro, caracterizando-se como suas articulações nacionais, sendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST um desses. Para Altieri (2010), os movimentos sociais rurais

promovem a ideia de que a produção de alimentos não pode ser controlada pelas grandes empresas e outras cadeias do modelo industrial da agricultura, mas sim, estar em articulação com os mercados locais e relações entre agricultores, ou seja, tem como bandeira a luta contra o modelo corporativista que se instaura cada vez mais na agricultura (Desmarais, 2007; McMichael, 2009; Ribeiro, 2013).

De encontro ao modelo corporativista da agricultura, há a Agricultura Familiar. Ao contrário de outros modelos de produção, a AF pode “elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais”, ao passo que contribui para a soberania e segurança alimentar e nutricional no campo, em decorrência de suas diversas formas de produção (Ploeg, 2014, p. 11; Grisa; Schneider, 2008). Diante disso, vale salientar que a AF é uma categoria diferenciada, diversa e heterogênea nos mais diversos aspectos, visto que está inserida em diferentes contextos regionais, onde sua reprodução social está ligada a um conjunto de ações e estratégias (Conterato; Schneider; Waquil, 2010; Schneider; Cassol, 2014).

Uma das estratégias que a AF adota para sua reprodução social e alimentação é a diversificação produtiva. Para Perondi (2009), a diversificação nada mais é que “a criação de diversidade em processos sociais e econômicos que pressionam, e que também oportunizam às famílias a se adaptarem e a diversificarem os seus meios de vida”. A partir dessa concepção, Schneider (2012), indica que uma das estratégias de diversificação que a AF pode adotar para gerir suas unidades produtivas é aderir a sistemas de produção diversificados, aumentando seu portfólio de produtos.

Segundo Schneider e Niederle (2008, p. 1009), quando a AF segue os preceitos da modernização, surgem estilos de agricultura que dependem “da especialização produtiva, do uso de recursos externos, das flutuações dos preços internacionais e dos custos de produção e transação”. Esse processo de especialização e mercantilização comprometem a produção para o autoconsumo, promovendo a dependência pelo cultivo de produtos comerciais que irão garantir a renda mínima para prover as necessidades da família (Silva, 2010). Porém, em contraponto a esse modelo, muitos agricultores familiares ainda preservam sua forma diversificada de produzir. Isso pois, há um esforço por parte da AF na garantia da autonomia, onde os agricultores buscam liberdade frente aos agentes externos, de modo a organizar as dinâmicas do estabelecimento de acordo com as necessidades da família e suas possibilidades, contrapondo sua dominação (Schneider; Niederle, 2008).

Becker e Sacco dos Anjos (2010), Conterato, Schneider e Waquil (2010) e Lin (2011) salientam que a grande disponibilidade de produtos, grande diversificação produtiva e empírica são características inerentes a AF, que impactam positivamente, para além da reprodução social,

na reprodução econômica (diversificação de renda), SAN e sustentabilidade. Ademais, principalmente no que tange a produção agrícola, a diversificação produtiva diminui os riscos econômicos, de preço, de comercialização e ambientais, promovendo um sistema de produção estável, com maior resistência e resiliência (Sambuichi *et al.*, 2014). Logo, a diversificação produtiva contribui com a reprodução social dos agricultores familiares, principalmente no que corresponde à SAN entre as famílias rurais.

As estratégias de diversificação dos agricultores familiares estão fortemente associadas às suas práticas culturais que, consequentemente, impactam na sua alimentação, isto pois, uma dessas estratégias é a produção para o autoconsumo (Lopes *et al.*, 2015). Para Gazolla e Schneider (2007, p. 99), o autoconsumo é a base para a diversificação das estratégias familiares, visto que sem esta produção o agricultor familiar “não consegue a diversificação das estratégias de vivência, pois com a renda e atividades que desenvolver vai gastar para comprar no mercado, a preços de mercado, o consumo alimentar necessário ao grupo doméstico. Dessa forma, considerando suas questões socioculturais, a AF tende a diversificar seus cultivos pensando em suas necessidades alimentares, além de considerar suas dinâmicas, conhecimentos e recursos próprios, ou seja, seus gostos e capacidades de produção (Duval; Valente; Ferrante, 2008).

Sistemas de produção diversificados, considerando que há autoconsumo por parte dos agricultores familiares, se constituem como uma estratégia para diversificar sua alimentação, além de contribuir com diversidade de nutrientes consumidos por esses indivíduos (Duval; Valente; Ferrante, 2008; Shibhatu; Krishna; Qaim, 2015). A SAN, mais do que o acesso a alimentos em quantidade e de qualidade, necessita que a diversidade cultural e econômica seja considerada (Brasil, 2006). Ou seja, além de consumir o que faz parte dos seus hábitos alimentares, a AF necessita perpetuar suas práticas e ‘saber-fazer’ para que a situação de SAN seja alcançada.

Dessa forma, a alimentação se constitui como uma necessidade que vai além do que se compreende como exclusivamente fisiológico, englobando também aspectos socioeconômicos e culturais (Contreras; Garcia, 2005). Contreras (1992), introduz nessa perspectiva que é essencial ir além dos aspectos puramente associados à dieta ou àqueles entendidos por um viés econômico, pois as pautas alimentares vão além do que se come, interessando também “porque se come o que se come, e como, e quando, e onde e com quem e, outra vez, o porquê de tudo isso.

Renata Menasche (2008; 2015) traz em suas obras a perspectiva brasileira da cultura alimentar, com enfoque no meio rural. Estudar as diferentes práticas alimentares das famílias rurais constitui uma forma de compreender e captar “suas percepções a respeito da agricultura,

da natureza e do rural, bem como do modo como suas vidas têm sido afetadas pelas recentes mudanças nele ocorridas” (Menasche; Marques; Zanetti, 2008, p. 147). As autoras vão ao encontro das ideias propostas por Contreras (1992) quando afirmam que, ao estudar o meio rural, o caminho da nutrição não é suficiente para assimilar todas as suas conjunturas da alimentação (Menasche; Marques; Zanetti, 2008).

Portanto, existem camadas que não conseguem ser captadas por um viés nutricional ou de saúde, pois estão ligadas a fenômenos intrínsecos ao meio rural e sua cultura, como, por exemplo, a reprodução social das famílias. Diante disso, Menasche (2015) propõe uma noção pioneira quanto a alimentação como abordagem para o estudo do rural:

“A alimentação é, assim, aqui percebida como expressão de um imaginário sobre o rural, constituído por moradores de centros urbanos em suas práticas de consumo, mas também reveladora de diluições e redefinições de fronteiras entre campo e cidade – tal como manifestam as ambiguidades presentes nas práticas produtivas e de consumo de variados segmentos de agricultores ou ainda na circulação de alimentos da colônia, que chegam por circuitos de reciprocidade aos parentes que vivem na cidade –, assim como sinal diacrítico de identidades (étnicas, regionais) que congregam o rural como atributo” (Menasche, 2015, p. 7-8).

Ao encontro desta ideia, Ploeg (2014, p. 9-10) afirma que “o estabelecimento familiar é o local onde experiências são acumuladas” e “um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura”, ou seja, os conhecimentos são transmitidos à geração seguinte, configurando um elo onde circulam ideias e práticas que é considerado patrimônio cultural. Logo, fica evidente que a forma de produzir da AF, bem como tudo que envolve os meios e iniciativas para tal, está ligada diretamente com as questões culturais que permeiam o local onde vivem, impactando nos hábitos alimentares das famílias rurais. Isto pois as relações de sociabilidade e identidade das comunidades rurais são expressas a partir das suas escolhas alimentares (Menasche; Marques; Zanetti, 2008), que têm raízes nas práticas produtivas, como é o caso da diversificação e autoconsumo, e estratégias de reprodução social.

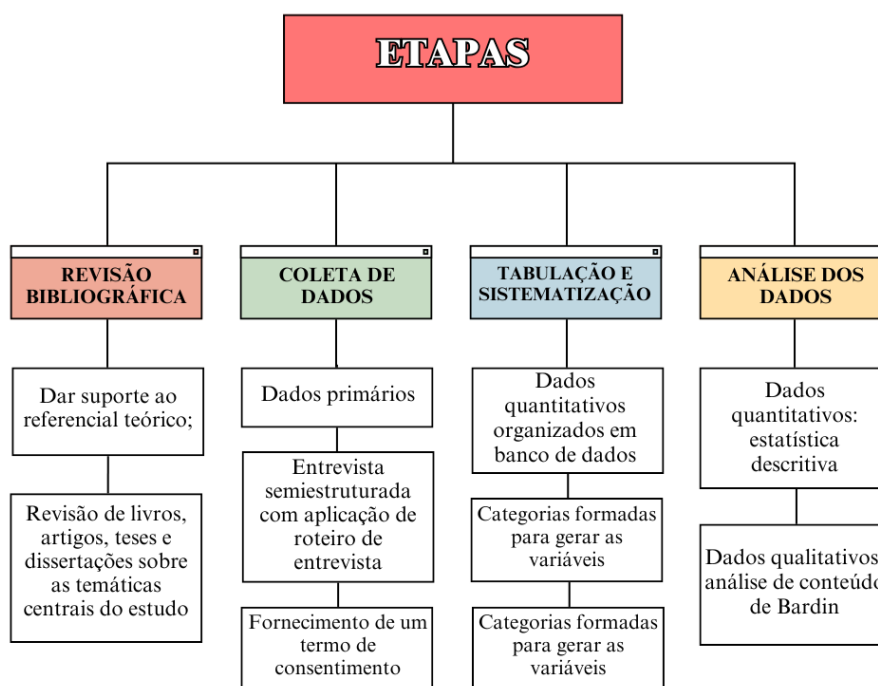
Ademais, faz-se necessário frisar que as famílias rurais são unidades de produção e consumo, onde a produção agropecuária possui um significado além do econômico (Woortmann, 1995). Desta forma, as escolhas alimentares destas famílias partem de uma concepção particular, onde a comida é tratada como a articulação entre “trabalho” e “terra”, evidenciando que comer é um comportamento muito mais simbólico do que puramente fisiológico (Maciel, 2005; Woortmann, 2007; Contreras; Garcia, 2011), estando ligado diretamente a produção das famílias rurais.

3. METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem quanti-qualitativa, que alia a precisão da mensuração estatística à interpretação aprofundada da complexidade do fenômeno investigado, assegurando maior consistência metodológica frente aos objetivos da pesquisa; além do caráter exploratório e descritivo, pois busca proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, ao passo que estabelece relações entre as variáveis (Gil, 2008). Ademais, vale frisar que a pesquisa se trata de um estudo de caso, visto que investiga de maneira profunda e exhaustiva um objeto de estudo, de modo a conhecê-lo de forma detalhada e ampla (Gil, 2008).

Segundo Gil (2008, p. 27), a pesquisa exploratória é realizada “especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. Já a pesquisa descritiva é aquela que vai “além da simples identificação da existência de relações entre as variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação”, tendo como característica “técnicas padronizadas de coleta de dados” (Gil, 2008, p. 28). Ademais, frente a combinação dessas duas abordagens, o percurso metodológico consistiu em quatro etapas: revisão bibliográfica, coleta, tabulação e sistematização de dados e, por fim, análises (Figura 1).

Figura 1 – Percurso metodológico da pesquisa.



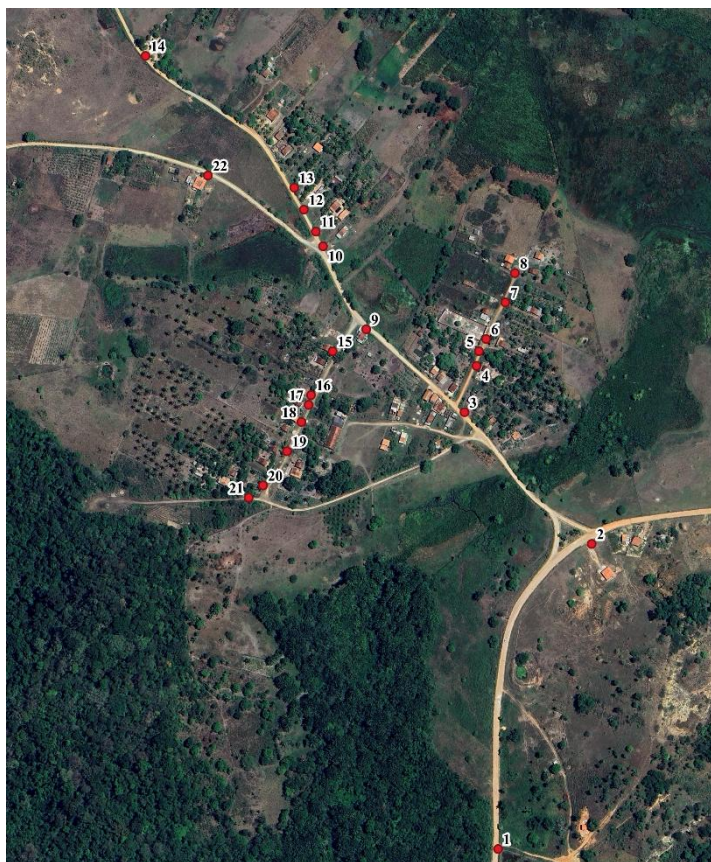
Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A pesquisa bibliográfica foi conduzida com o propósito de fundamentar o referencial teórico, identificar o estado da arte sobre a temática investigada e subsidiar as discussões decorrentes da análise dos dados, sendo desenvolvida a partir de materiais já disponíveis, elaborado por outros pesquisadores (Gil, 2008, p. 50), logo, consistiu na revisão da literatura que contém as mais atuais abordagens referentes ao tema central do estudo, que engloba teses, dissertações, livros e artigos.

A partir disso, foi possível construir uma base teórica sólida que possibilitou compreender de forma mais completa o objeto de estudo. Como consequência, foram obtidas análises empíricas coerentes com a contextualização dos dados coletados, servindo de pilar para a discussão dos resultados. Essa consonância entre as análises e os dados é de extrema importância, pois partiu-se da premissa de que não há pesquisas como essa realizadas anteriormente na localidade de estudo, tornando a temática pioneira e estritamente regionalizada.

Após finalizada essa etapa, a coleta dos dados a campo foi realizada nos dias de 16, 17 e 18 do mês de outubro de 2024, na agrovila do Projeto de Assentamento Celso Furtado (Figura 2), localizado no município de Santo Amaro das Brotas/SE. A agrovila é a região do assentamento onde estão localizados os lotes pequenos, aqueles que são destinados à construção das casas e constituição dos quintais produtivos.

Figura 2 – Agrovila do assentamento Celso Furtado.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Celso Furtado comporta 30 famílias, sendo esta a quantidade de famílias registradas no INCRA, porém, o questionário foi aplicado em apenas 22 lotes. Esta diferença compreende as famílias que não eram oficialmente assentadas, ou seja, compraram o lote; e as famílias que, apesar de assentadas, não possuíam nenhum tipo de atividade agropecuária. Frisando que todas as informações sobre o assentamento foram obtidas a partir de uma informante qualificada, liderança do MST no PA. Ademais, o contato com os assentados para a realização das entrevistas também foi feito pelo intermédio da informante.

A pesquisa foi realizada com dados primários, obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, realizadas por meio de roteiro de entrevista (Apêndice A), que continha perguntas abertas e fechadas, o que permitiu a obtenção de dados quantitativos e qualitativos. Além disso, também foi fornecido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) para assegurar o sigilo das informações pessoais dos assentados e autorização para participar da entrevista. Ademais, em conjunto com as anotações do questionário, as entrevistas foram gravadas também mediante autorização dos participantes. Dessa forma, buscou-se uma compreensão aprofundada das características dos agricultores familiares, seus estabelecimentos

e atividades nestes exercidas, além das suas questões alimentares. Tendo em vista o pequeno número de famílias oficialmente assentadas, além da diversidade de respostas das primeiras entrevistas, o questionário foi aplicado em todos os lotes do assentamento. Logo, os agricultores não precisaram indicar uns aos outros, onde os critérios de inclusão eram que os agricultores aceitassem participar da pesquisa, tivessem pelo menos uma atividade produtiva da agropecuária e fossem assentados pelo INCRA. Ademais, os critérios de exclusão foram: não possuir atividade agropecuária no lote, não ser oficialmente assentado e não estar em condições de consentir a participação na pesquisa.

Para organizar os dados quantitativos obtidos na entrevista e preenchimento do questionário, um banco de dados foi elaborado no software *Microsoft Excel*. Neste, foram estabelecidas sete classificações, de modo a organizar os dados quantitativos do questionário semiestruturado: identificação do entrevistado, caracterização da família, políticas públicas, caracterização do estabelecimento, produção agrícola, produção pecuária e segurança alimentar. Tratando-se de um *software* de planilha eletrônica, cada classificação foi organizada em uma planilha própria, que reuniu todas as respostas de todos os entrevistados referentes ao seu tópico em específico. Esta forma de organizar os dados permite uma visualização e tabulação facilitada de todas as informações coletadas. A tabulação “é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise” (Gil, 2008, p. 159). Logo, a disposição de todas as informações no banco de dados facilita a elaboração de gráficos e tabelas, tornando o processo de tabulação mais eficaz e menos passível de erros.

Alinhado à pergunta de pesquisa e objetivo, que buscam avaliar a relação entre alimentação e produção nos diferentes níveis de diversificação agropecuária, foram elaborados dois estratos produtivos, que ditaram a tabulação dos dados. Os estratos foram elaborados a partir da produção agrícola (e não agropecuária), pois esta era o tipo de produção majoritária no assentamento, no que corresponde à diversidade. Para cada estabelecimento, foram somados todos os cultivos agrícolas e a partir disto, foi calculada a mediana desses valores, que foi igual a 13 cultivos. Frisando que a mediana foi escolhida pois representa o valor central do conjunto, sendo possível, dessa forma, estabelecer um estrato maior e um menor. Logo, foram estabelecidos os estratos: (1) Estrato 1: menor ou igual 13 cultivos agrícolas e (2) Estrato 2: maior que 13 cultivos agrícolas. Para cada estrato, foram atribuídos onze questionários, totalizando os vinte e dois.

Definidos os estratos, as variáveis foram selecionadas e os gráficos foram elaborados visando caracterizar os agricultores, o acesso a políticas públicas, a produção agropecuária e alimentação. Na produção agrícola, foram definidas sete classes: frutas, tubérculos, hortaliças,

grãos, leguminosas, medicinais e forragem. Na produção pecuária, foram definidas oito classes: gado de corte, gado de leite, galinha de corte, galinha poedeira, suínos, caprinos, ovinos e abelhas. No que corresponde à alimentação, foram levantados os alimentos adquiridos fora do estabelecimento e definidas seis classes: leite e derivados, ultraprocessados, carne e derivados, grãos, massas e horticultura.

Dito isso, as variáveis quantitativas, por classe e estrato, selecionadas foram: faixa etária, escolaridade, políticas públicas, produção agrícola, produção pecuária, autoconsumo, venda, autoconsumo e venda da produção agrícola, autoconsumo, venda, autoconsumo e venda da produção pecuária, alimentos adquiridos fora do estabelecimento, número de refeições diárias e se a família já passou por situação de fome. Por fim, utilizou-se da estatística descritiva para fomentar a análise dos dados, que de acordo com Guedes (2005), é capaz de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas.

Para obtenção dos dados qualitativos, foram utilizadas as perguntas abertas do roteiro de entrevista, além do caderno de campo. As entrevistas gravadas foram transcritas utilizando o software *Microsoft Word* (Versão 2021), de modo a obter um panorama abrangente das ideias e perspectivas dos agricultores entrevistados. Para análise desses dados, foi utilizado o método análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (2016). Esta análise consiste em um conjunto de técnicas que são utilizadas sistematicamente com o objetivo de obter indicadores a partir da análise das comunicações, ou seja, das falas emblemáticas dos entrevistados (Bardin, 2016). A análise de conteúdo de Bardin (2016) é realizada em três etapas: pré-análise, que envolve a leitura e seleção dos documentos; exploração do material, com a criação das categorias; e tratamento dos resultados, onde os dados serão interpretados e analisados. Além disso, foram utilizadas na discussão todas as percepções contidas no caderno de campo, instrumento qualitativo utilizado durante a pesquisa de campo para avaliação empírica de algumas dinâmicas do assentamento, sob a ótica da autora.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização do PA Celso Furtado

Para dar início aos resultados e discussão, será realizado um breve histórico do PA Celso Furtado. Este tópico está na seção de resultados visto que a maior parte das informações acerca do assentamento foram obtidas a campo, em conversas anteriores com os agricultores.

O PA Celso Furtado está localizado no município de Santo Amaro das Brotas/SE, à cerca de 3,6 Km das margens da rodovia SE-240, composto por uma área de 704 hectares (que contém uma área de reserva) e capacidade de assentar 30 famílias. O Celso Furtado é um PA da Reforma Agrária, sob liderança do MST, instituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em 2010 por meio da desapropriação da Fazenda Nossa Senhora das Graças, popularmente chamada de Fazenda Aruari, em 2006.

Além disso, é válido salientar que os estabelecimentos contam com a composição de lote pequeno e grande. Os lotes pequenos são destinados à construção da casa e produção de quintal com destino associado, em geral, ao consumo doméstico, com uma área de aproximadamente 0,5 hectare. Já no que corresponde ao lote grande, é uma área idealizada para maximizar a produção agropecuária, com aproximadamente 3,5 hectares. Logo, cada um dos assentados tem acesso a uma área de cerca de 4 hectares.

No PA Celso Furtado, os lotes pequenos e grandes são espacialmente distantes. Enquanto os lotes pequenos são próximos entre si para favorecer o acesso a necessidades básicas (a exemplo da energia elétrica), os lotes grandes são distribuídos aleatoriamente, sem necessariamente apresentar proximidade entre si e entre os lotes pequenos. Além disso, os agricultores não necessariamente têm os dois lotes próximos, dessa forma, o lote pequeno pode estar a norte do assentamento e o lote grande, a sul, o que gera a necessidade de deslocamento entre uma área e outra.

4.2 Caracterização socioeconomia dos agricultores do PA Celso Furtado

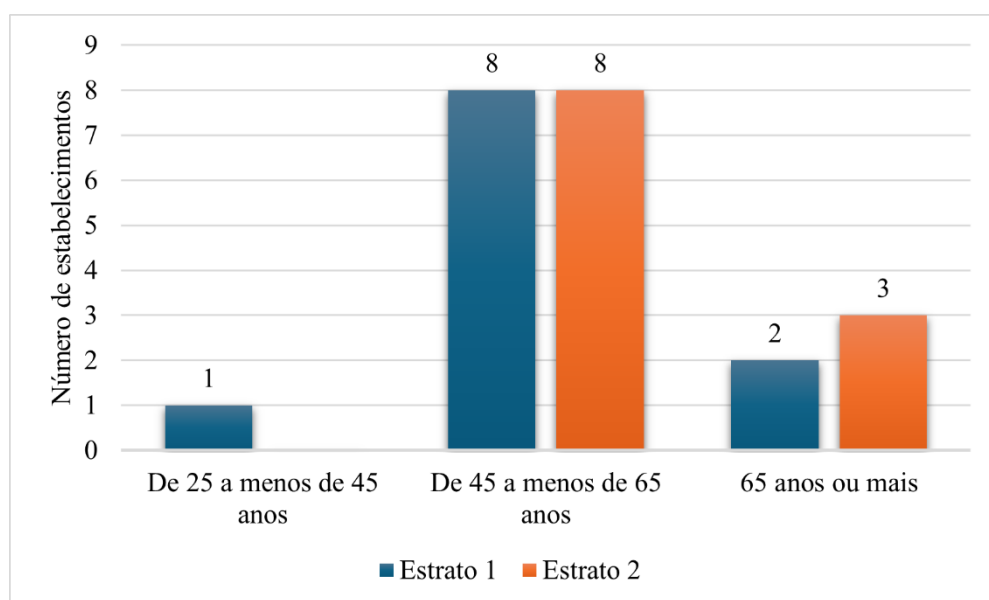
Para dar início a esta seção, será feita uma caracterização geral dos agricultores entrevistados do PA Celso Furtado, que levará em consideração aspectos como idade, escolaridade, gênero, renda e acesso a políticas públicas, de modo a contextualizá-los socioeconomicamente.

De acordo com dados do Censo Agropecuário 2017, no município de Santo Amaro das Brotas, apenas 33,41% dos estabelecimentos da AF são chefiados por mulheres, em oposição aos 66,59% dos que são chefiados por homens. Logo, entende-se que há um processo de masculinização do campo, onde as mulheres são as que mais migram da zona rural para a zona urbana (Camarano; Abramovay, 1999), o que implica na presença de uma grande parcela de homens no rural, sendo esta ainda maior quando se avalia pelo viés da gerência do estabelecimento. Porém, a partir da pesquisa e coleta de dados a campo, não foi observada a mesma tendência, isto pois, dos vinte e dois estabelecimentos analisados, quatorze eram chefiados por mulheres na faixa dos 31 a 74 anos. Os outros oito estabelecimentos eram

chefiados por homens na faixa dos 59 aos 70 anos. Ou seja, além de se apresentarem de forma majoritária, as mulheres também são, em geral, mais velhas do que os homens, contrariando os dados do Censo Agropecuário de 2017 para o município. Dessa forma, é importante destacar que a participação significativa das mulheres na chefia dos estabelecimentos é de extrema importância diante de um cenário de masculinização do meio rural, visto que não tem muitas pesquisas voltadas a essa análise em assentamentos rurais.

A partir desse panorama etário e de gênero, a Figura 3 mostra a estratificação dos agricultores entrevistados por faixa etária pré-definida.

Figura 3 – Estratificação por idade dos agricultores familiares chefes dos estabelecimentos no PA Celso Furtado.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

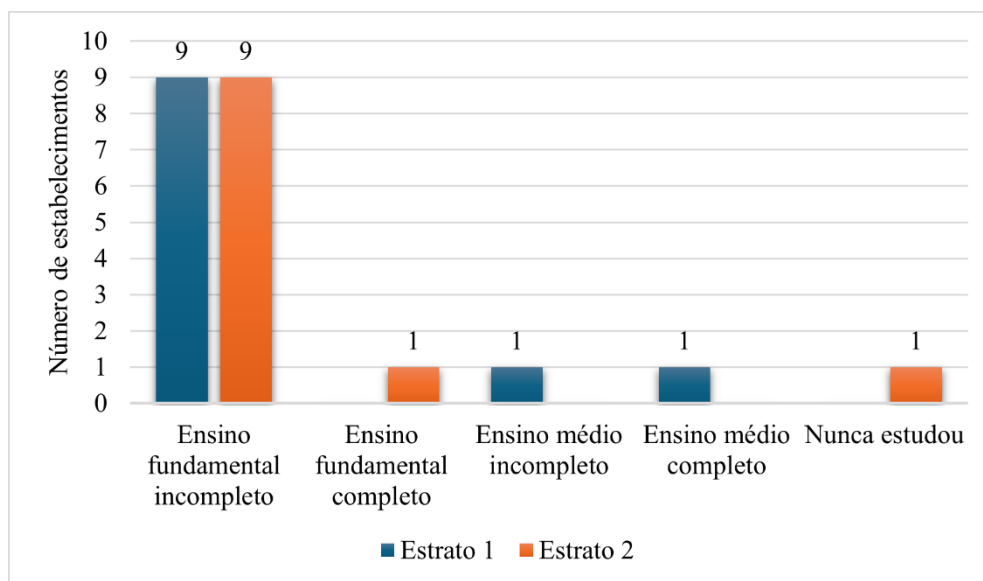
Em consonância com as tendências nacionais, o PA Celso Furtado está em processo de envelhecimento, visto que a maior parte dos chefes dos estabelecimentos está concentrada nas categorias “45 a menos de 65 anos” e “65 anos ou mais”, nos dois estratos de produção. Ou seja, ambos os estratos seguem a mesma tendência de envelhecimento dos chefes de estabelecimento. Ademais, mediante informações do caderno de campo, apesar de muitos dos assentados que comandam o estabelecimento possuírem filhos e netos, a sucessão praticamente não ocorre/ocorreu, visto que boa parte dessas pessoas buscam melhores qualidades de vida nos municípios de onde vieram, onde tem melhores acessos à saúde, educação e outras necessidades básicas que não são possíveis de acessar dentro do assentamento. Além disso, os filhos e netos tendem a trabalhar em outras atividades além daquelas que realizam dentro do estabelecimento,

já que a renda obtida a partir da produção agropecuária não é suficiente, o que vulnerabiliza ainda mais o processo de sucessão.

Esses dados corroboram com as pesquisas de Brumer e Spanevello (2008), DelGrossi e Basaldi (2020) e Spanevello *et al.* (2017), que evidenciam a diminuição dos jovens e aumento do número de idosos no meio rural. Segundo os autores, a descapitalização das propriedades, busca por novas fontes de renda, engajamento em atividades não agrícolas, escassez de recursos e falta de políticas públicas e acesso à educação, saúde e lazer são alguns dos principais motivos que contribuem com esse cenário, que também é observado no assentamento estudado.

Além dos dados etários, um fator importante para a caracterização dos assentados é o nível de escolaridade (Figura 4) que, bem como a idade, segue as tendências do Censo Agropecuário 2017.

Figura 4 – Nível de escolaridade dos agricultores familiares chefes dos estabelecimentos no PA Celso Furtado.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

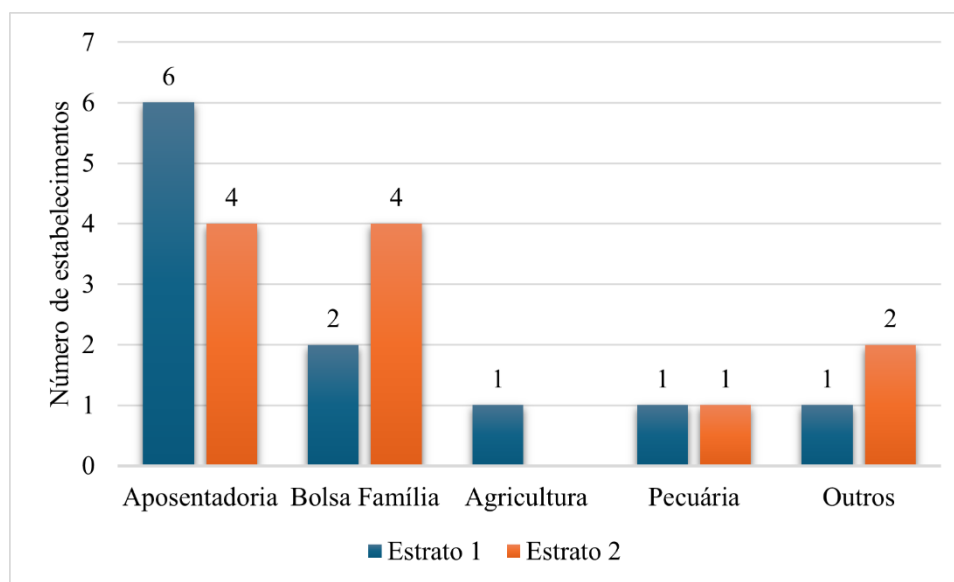
Historicamente, os níveis de escolaridade no meio rural são menores em comparação ao urbano, atingindo não somente suas parcelas mais pobres, mas também, as classes intermediárias (Ney; Hoffmann, 2009). De acordo com o gráfico, é possível observar que a escolaridade possui uma tendência bem semelhante entre os estratos, onde dezoito dos vinte e dois agricultores entrevistados (chefes de estabelecimento) possuem somente o ensino fundamental incompleto. Apenas um possui ensino fundamental completo, pertencente ao

estrato maior. Um possui ensino médio incompleto e outro completo, pertencentes ao menor estrato. E apenas um dos agricultores nunca estudou, pertencente ao maior estrato.

Esses resultados corroboram com os do Censo Agropecuário 2017 para o município de Santo Amaro das Brotas, visto que 24,58% dos agricultores familiares estudaram até o primário e 22,69% nunca estudou, evidenciando o desafio da escolaridade no meio rural, especialmente na classe de pessoas idosas. Costa e Carvalho (2020), Pereira e Castro (2021) e Silva e Sacco dos Anjos (2023), discorrem que a fragilidade da educação no meio rural acomete não somente o estado de Sergipe, mas se caracteriza como um fenômeno nacional diretamente ligado à qualidade de ensino no campo. Ainda segundo os autores, políticas públicas que promovam a melhora desse quadro são essenciais para proporcionar o desenvolvimento dessas regiões.

Além dos fatores idade, escolaridade e gênero, foi considerado na caracterização o fator renda, observado na Figura 5. A partir dela, buscou-se avaliar se a principal renda do estabelecimento estaria associada à produção ou outras formas de renda, sejam eles internos ou externos.

Figura 5 – Principal renda dos estabelecimentos familiares dos diferentes estratos de produção no PA Celso Furtado.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Como é possível observar na Figura 5, a principal renda dos estabelecimentos é oriunda de programas de transferência de renda e benefícios da previdência social, ou seja, bolsa família e aposentadoria. Estratificando, é possível observar que o estrato 1 acessa mais a aposentadoria

do que bolsa família, enquanto o estrato 2 acessa na mesma proporção o bolsa família e aposentadoria.

Esse resultado decorre da composição das famílias desses estabelecimentos. Isto pois o menor estrato é formado em maioria por pessoas idosas, sem filhos ou netos em idade escolar, o que impossibilita o acesso ao bolsa família, limitando a renda à aposentadoria. Já o estrato maior, além de contar com pessoas idosas, possui maior proporção de crianças em idade escolar (em geral, netos), possibilitando o acesso aos dois benefícios ao mesmo tempo. Segundo Tecchio *et al.* (2019), programas de transferência de renda no meio rural são alternativas essenciais e imediatas de garantir o acesso a alimentos pelas famílias mais pobres, e segundo Grisa *et al.* (2020) produz mudanças na alimentação dos agricultores familiares.

Ademais, o tamanho do quintal produtivo e a dificuldade de acesso ao lote grande se caracterizam como fatores limitantes ao plantio pensando na comercialização e consequente geração de renda. Essa questão é apontada por duas das assentadas, conforme o relato:

“Não, é a minha aposentadoria porque a plantação não dá quase nada. Quando eu vendo, só dá para comprar ração mesmo para as galinhas” (Entrevistada 15).

“A principal fonte de renda é a aposentadoria do meu marido e as outras coisas a gente vai ajeitando com o que vai produzindo” (Entrevistada 13).

A partir disso, entende-se que o cultivo e criação de animais assume um papel secundário na geração de renda, sendo destinados majoritariamente para o autoconsumo, com venda esporádica e de determinados produtos. Além disso, a produção para autoconsumo promove uma menor dependência dos agricultores com os mercados, além de possibilitar o redirecionamento da renda para outras necessidades básicas da família (Grisa, 2008; Niederle; Wesz Junior, 2018). Dessa forma, entende-se que o plantio e criação de quintal é uma forma de conservar a renda, visto que há menor despendimento desta para adquirir alimentos, sendo um suporte essencial para melhorar a qualidade de vida e suprir outras muitas necessidades básicas. Corroborando com isso, a entrevistada 06 faz o seguinte relato: “[...] porque a aposentadoria é mais remédio. Um salário, né? [...] eu não sobrevivo de plantação, né?”.

Logo, fica claro que os assentados não obtêm a renda majoritária do estabelecimento a partir da produção agropecuária. Dessa forma, não há uma real noção do quanto os assentados “ganham”, em termos monetários, com a produção para o autoconsumo, seja ela agrícola ou pecuária.

Apesar dessas dificuldades, existem assentados que têm como principal renda as atividades agropecuárias, totalizando três lotes. Dois deles tem como principal renda a pecuária,

um de cada estrato e o último, tem como principal renda a agricultura, pertencente ao estrato menor.

As rendas da pecuária advêm da criação de gado para corte (menor estrato) e criação de abelhas (maior estrato), e é o acesso a mercados para destinar essa produção que contribui para que esses assentados continuem comercializando seus produtos, além de que nenhum deles é aposentado. Em especial, no que corresponde à criação de abelhas para comercializar o mel, segundo informações do caderno de campo, o assentado realiza por motivações próprias, pois gosta da atividade ao passo que acha rentável.

A principal renda que vem da agricultura é observada em apenas um lote e, nesse caso, o que ocorre é uma situação bem específica. Esse assentado acessa o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, moldando sua produção para vender seus produtos ao programa, o que possibilita a obtenção de renda de forma contínua e segura.

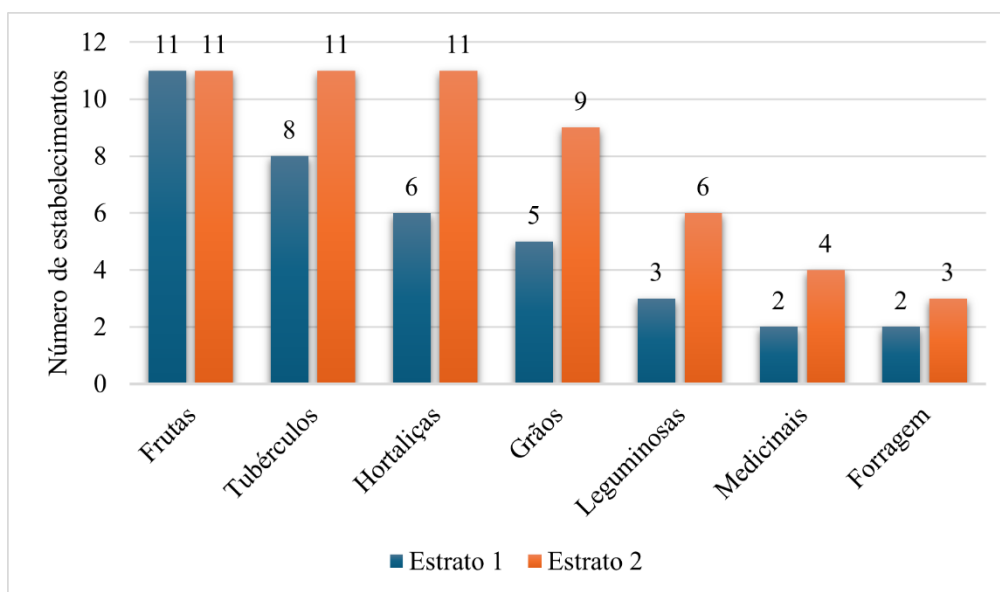
Puxando o gancho do acesso ao PAA, vale ressaltar que as políticas públicas voltadas a AF são de extrema importância para garantir a fixação dos agricultores no campo, bem como diminuir o fluxo do êxodo rural (Junqueira; Lima, 2008). Ademais, as políticas públicas que favorecem a AF levam em consideração que essa categoria promove o desenvolvimento rural e territorial, SAN, fortalecimento do mercado interno, bem como, a reprodução social das famílias rurais (Grisa; Schneider, 2014; Mattei, 2014), evidenciando, assim, sua importância.

Além destes tipos de renda, há a categoria ‘outros’. Nesta, as principais rendas são pensão por morte, trabalho externo e mercearia, caracterizando-se como rendas alternativas às políticas públicas do governo e atividades agropecuárias. Logo, a produção agropecuária está associada ao autoconsumo e sua diversidade ligada às necessidades das famílias, que será explicada na próxima seção.

4.3 Diversificação produtiva do PA Celso Furtado

Partindo para a análise da produção, esta seção busca expor todos os aspectos relacionados a produção agropecuária do PA Celso Furtado. Dessa forma, a Figura 6 mostra a produção agrícola para as diferentes categorias de produção, nos diferentes estratos produtivos. A grande diversidade de cultivos agrícolas levou a organização em categorias, visto que seria inviável analisar produto por produto.

Figura 6 – Produção agrícola dos estabelecimentos familiares dos diferentes estratos no PA Celso Furtado.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

De acordo com a Figura 6, a produção agrícola se divide em sete categorias: frutas, tubérculos, hortaliças, grãos, leguminosas, medicinais e forragem (alimentação animal). Com exceção das frutas, todas as outras categorias apresentaram maior número de lotes no estrato 2.

A produção de frutas é realizada por todos os lotes do assentamento nos diferentes estratos, dessa forma, é possível afirmar que todas as famílias desenvolvem ao menos um tipo de produção agrícola. A antiga Fazenda Aruari, que hoje é o PA Celso Furtado, contava com uma grande diversidade florística que incluía uma ampla gama de espécies frutíferas, a exemplo dos coqueiros, mangueiras, bananeiras e gravioleiras. Dessa forma, apesar de ser caracterizada como produção agrícola, é importante ressaltar que a maior parte das árvores frutíferas presentes nos lotes não foram plantadas pelos assentados, já estavam nos lotes. Ainda assim, todo o processo de manejo, manutenção do pomar e colheita dos frutos para que estas plantas continuem produzindo é realizado inteiramente pela família, garantindo que sua dieta continue diversificada e em alguns casos, ocorra venda. Além disso, a maior parte das frutas cultivadas são destinadas ao consumo doméstico, caracterizando-se como produções não monetárias de grande importância na reprodução social (Grisa, 2007; Ramos; Borges, 2021; Bellentani, 2010).

Os outros produtos agrícolas apresentam maior discrepância entre os estratos, onde as categorias tubérculos, hortaliças e grãos são as mais produzidas no Grupo 2. Ainda, no geral, o estrato 2 é composto por famílias mais integradas ao mercado (especialmente os mercados de

proximidade⁵), o que contribui com uma maior produção, especialmente daqueles produtos que se adaptam melhor às condições edafoclimáticas do assentamento e não demandam manejo excessivo, que é o caso dos tubérculos, representados pela macaxeira, inhame e batata-doce; e hortaliças, com maior produção de coentro, cebolinha e quiabo.

Ademais, em comparação às outras categorias de produtos, os tubérculos e grãos também são os mais produzidos no estrato ‘menor e igual a 13’. Os tubérculos supracitados caracterizam-se como alimentos tradicionais sergipanos, compondo o perfil produtivo e cultura alimentar não só das populações de Sergipe, mas do Nordeste, visto que recuperam e mantêm saberes e conhecimentos empíricos e geracionais perdidos no espaço agrário moderno (IBGE, 2025; Fabrini, 2017). O perfil produtivo do município de Santo Amaro das Brotas evidencia a alta produção de frutas e tubérculos (IBGE, 2025), ou seja, a produção do assentamento está diretamente ligada a fatores regionais e alimentares, contribuindo para que esses produtos sejam altamente difundidos, contribuindo para a alimentação diária e obtenção de renda.

No que corresponde aos grãos, a produção está diretamente ligada à criação de galinhas, pauta que será tratada posteriormente, visto que esta categoria é composta apenas pelo plantio de milho (com exceção de um estabelecimento que produz milho e café simultaneamente). O milho produzido é direcionado para alimentação desses animais e alimentação humana (milho verde) em épocas festivas, como é o caso do São João e São Pedro, importantes no contexto nordestino.

As leguminosas são uma categoria altamente afetada pelas condições edafoclimáticas, o que dificulta sua produção. Isso é evidente pois, mesmo no que corresponde ao maior estrato, ela não é tão difundida. Apesar da colheita ser possível, muitos assentados perdem safras ao longo dos anos, o que gera desânimo para a manter a sucessão de plantios, ocasionando a queda drástica na produção desses alimentos, que passam a ser adquiridos no mercado.

Por fim da produção agrícola, as plantas medicinais e forragem. O plantio das medicinais é motivado por questões pessoais, constantemente associado ao tratamento de doenças, como apontado por Freitas *et al.*, (2023) que as plantas medicinais estão associadas aos saberes tradicionais relacionados à cura. Dessa forma, as plantas medicinais não cumprem papel primário na alimentação das famílias, porém, resgata saberes e conhecimentos geracionais dos assentados.

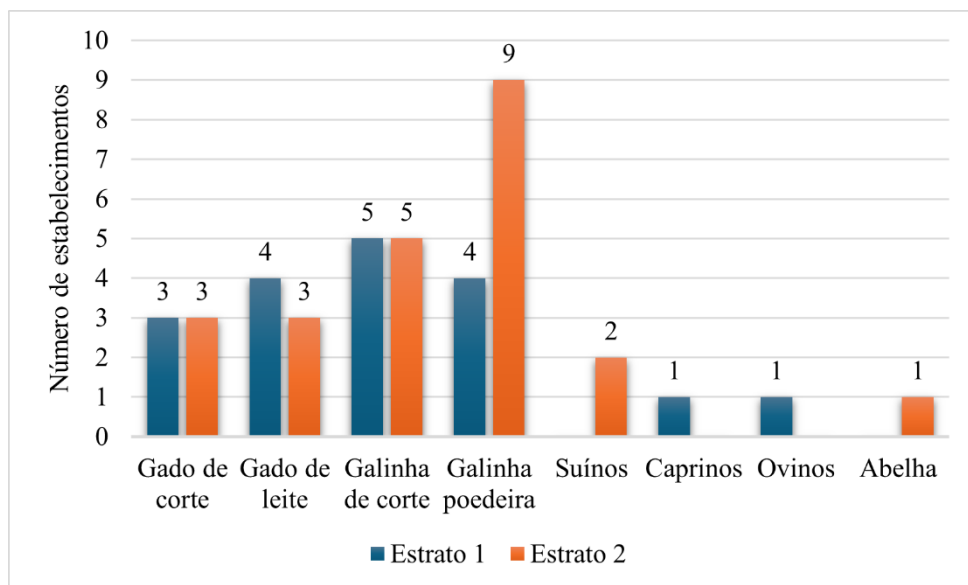
⁵ Segundo Schneider (2016, p. 122-123) mercados de proximidade são “mercados em que predominam relações de troca interpessoais, que podem mobilizar-se via relações de parentesco, interconhecimento e reciprocidade, e valorizam aspectos valorativos e a qualidade dos bens trocados, mais do que o lucro em si. Estes mercados tendem a atuar com base em trocas diretas, valorizando a autogestão e a subsidiariedade”.

A forragem é direcionada à alimentação do gado bovino, onde poucos assentados realizaram o plantio de capineiras e cana-de-açúcar como um suporte à nutrição desses animais, como relata a assentada:

“A cana eu plantei para fazer uma semente, mas a cana é de chupar mesmo também [...], mas eu plantei pra fazer uma semente para fazer ração pro gado, né? Uma semente, no caso, eu posso cortar ela, plantar em outro local onde compra forrageira, entendeu?” (Entrevistada 04).

Além da produção agrícola, a produção pecuária é um fator importante na composição da alimentação das famílias, principalmente porque alguns dos cultivos agrícolas são destinados quase que exclusivamente a alimentação animal. Dessa forma, a Figura 7 ilustra a produção pecuária do PA Celso Furtado por estrato de produção.

Figura 7 – Produção pecuária dos estabelecimentos familiares dos diferentes estratos no PA Celso Furtado.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Como pode ser observado na Figura 7, a produção pecuária no assentamento é realizada em menor proporção se comparada a agrícola. Em geral, há fatores que contribuem com esse fenômeno e atingem os dois estratos de produção: a distância entre o lote pequeno e lote grande e a presença de estradas em péssimas condições, o que dificulta o acesso entre essas áreas.

A possibilidade de criar gado bovino de forma extensiva no lote pequeno é baixa, visto que o espaço é limitado. Além disso, o fator idade também contribui com a preferência por pecuárias de pequeno e médio porte, uma vez que exigem menos deslocamento. Os agricultores

que realizam criação de bovinos de corte, em geral, possuem melhor acesso ao lote grande, seja porque a casa foi construída lá, seja porque fica próximo ao lote pequeno, entre outros fatores territoriais e culturais. Ademais, a criação de gado de corte está ligada à ideia de rentabilidade e não de autoconsumo, conforme o relato do Entrevistado 01: “o gado é mais lucro”. Já a criação de gado leiteiro é realizada em menor escala, com destino primário ao autoconsumo, o que possibilita a realização nos lotes pequenos.

Os estratos apresentam pouca diferença entre si, com exceção da galinha de postura. Essa diferença ocorre não pela falta de interesse dos assentados do estrato 1 em realizar esse tipo de atividade, mas sim porque ainda irão iniciar a criação. A partir da análise das entrevistas, pode-se perceber que três dos estabelecimentos pretendem iniciar a criação de galinhas em breve, sendo que um desses retornará à atividade depois de um período de pausa, conforme os relatos:

“Acabei [com a produção], tava acabando com a roça, mas galinha é boa, vou criar galinha de novo aqui.” (Entrevistado 01).

“Teve. Agora mesmo estou começando com a galinha e codorna, só que estou esperando para trazer.” (Entrevistada 05).

“Mas nós vai começar, porque a gente vai, a gente tem um projeto nosso mesmo, sabe. De fazer uma cerquinha aí, né, um murinho aí para criar umas galinhas, uma galinha para comer.” (Entrevistada 21).

Já outro estabelecimento, deixou de criar galinhas em decorrência dos roubos e captura das galinhas pelos animais da área de reserva, que gerou frustração e abandono da atividade, conforme o relato:

“Não, galinha também não quis mais não, que eles [ladrões] vem buscar, o peba⁶ também vem buscar a raposa vem buscar também e come.” (Entrevistada 11).

Por fim, dos outros três estabelecimentos do estrato 1, dois não tem interesse em atividades pecuárias, situação que também ocorre no estrato 2, e um produz apenas galinhas para corte.

A galinha poedeira é a principal atividade pecuária do PA, realizada exclusivamente nos quintais produtivos, visto que são animais que se adaptam a esses locais. Ademais, a produção de galinhas (seja de corte ou ovos) nos quintais produtivos da agricultura familiar se justifica

⁶ O peba (*Euphractus sexcinctus*) é uma espécie de tatu que habita florestas, nativo da América do Sul (Adema, 2020).

pela possibilidade de criá-las em pequenos espaços, com baixo manejo e que apresentam condições ambientais adversas (Sá; Sá; Simões, 2021, p. 7), que é o caso do Celso Furtado. Para além das questões produtivas, a criação de galinha, ao contrário do gado, está diretamente associada à noção de autoconsumo com venda do excedente, conforme os relatos:

“Às vezes. A galinha também, às vezes vende alguma, mas não vende muito não, o que vende mais é o gado, gado a gente vendia, agora a galinha não.” (Entrevistada 06)

“Vendo. Só não vendo mais de que consumo, é que também é muito ovo, né.” (Entrevistada 12).

“Eu quase não vendo, é muito difícil chegar a um aí que fala, bem, tô doida pra comer uma galinha. Aí eu pego e vendo aquela, mas não é de vender não, sou mais de usar dentro de casa, porque não tem veneno, né.” (Entrevistada 14).

A criação de suínos é condicionada a diversos fatores e é realizada por assentados que tem uma localização mais afastada do lote pequeno, o que contribui com o menor incômodo com o cheiro da pocilga. Há o interesse por parte dos assentados em desenvolver a criação de suínos no assentamento, porém, o acesso dificultado ao lote grande e o grande acometimento de roubo desses animais constituem fatores limitantes para essa criação. Conforme relatos:

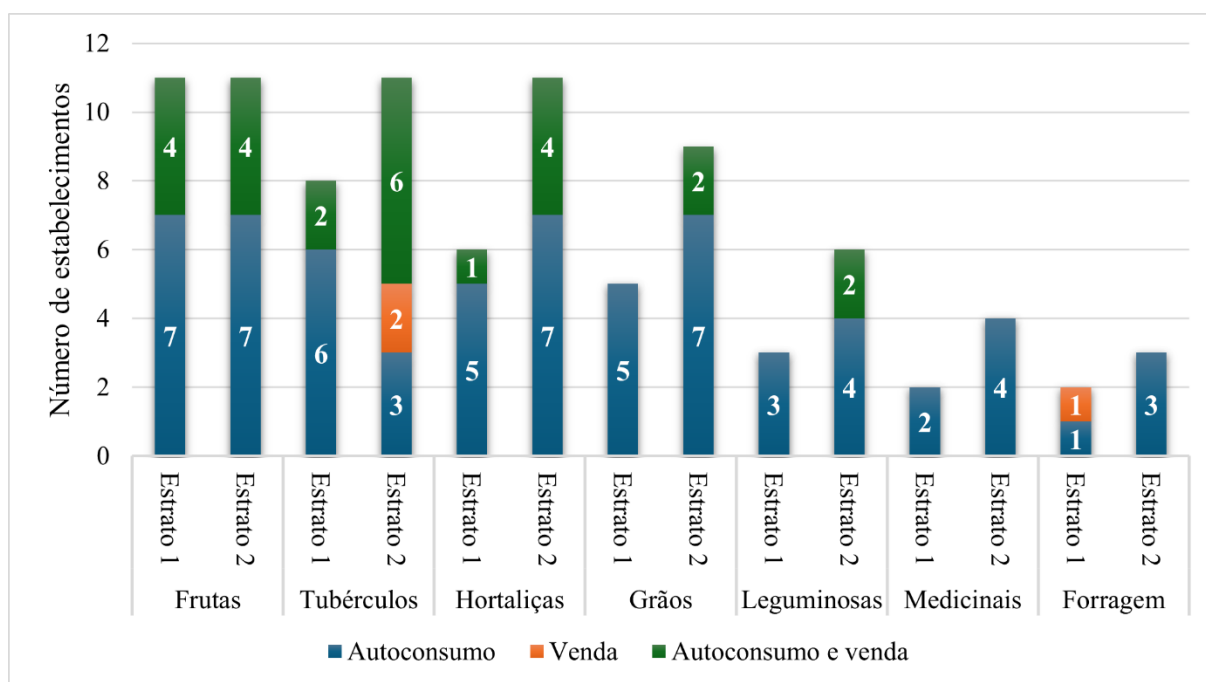
“Porque sem querer eu fiz, pra não reclamarem, né? Por causa do fedor, né? Por causa do vizinho. Eu já fiz ele [o chiqueiro] quase na divisa, né? Né muito longe não, né? Mas deu graça de roubarem, e no dia que ia matar eu tinha três. A ideia é deixar o casal para parir.” (Entrevistada 04).

“Porque os porco foi lá embaixo, aí teve um tempo que tá dando muito gasto, aí nós foi e parou e as ovelhas a mesma coisa tá começando a andar muito. Eu digo, vamos parar, aí nós parou por um tempo.” (Entrevistada 05).

Os caprinos, ovinos e abelhas são casos específicos. Os caprinos e ovinos são criados pela mesma assentada e está associada a questões culturais, visto que os pais e outros membros da família realizavam essa produção, também. Por fim, a abelha, que está presente em apenas um lote, com objetivo de obter o mel. Esse produtor realiza a criação de abelhas por motivações próprias, sendo uma atividade que ele gosta e obtém rentabilidade.

Buscando compreender a destinação desses produtos, a Figura 8 mostra uma relação entre autoconsumo, venda e autoconsumo e venda da produção agrícola dos diferentes estratos produtivos.

Figura 8 – Autoconsumo, venda, autoconsumo e venda da produção agrícola dos estabelecimentos familiares dos diferentes estratos no PA Celso Furtado.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Endossando o que foi dito anteriormente e relacionando com a Figura 8, o estrato 2 é o que apresenta o maior número de lotes produzindo diferentes categorias de produtos, especialmente no que corresponde à agricultura. Além do que corresponde apenas ao produtivo, o maior estrato apresenta uma maior proporção de venda dos seus produtos. Quanto a esse aspecto, algumas questões podem ser inferidas a partir das percepções do caderno de campo: a maior parte das famílias desse estrato vivem apenas com a renda do bolsa família, que tende a ser menor que a renda proveniente da aposentadoria e, em geral, são as que mais acessam canais de comercialização, especialmente feiras. Esses fatores contribuem para a necessidade de rendas alternativas, que contribuam com o aumento da renda per capita da família (que são maiores no estrato 2).

A proporção de autoconsumo e autoconsumo e venda é igual entre os estratos apenas para as frutas. A venda delas é motivada por uma questão quantitativa, visto que, tratando-se de frutas sazonais, há um alto volume em um curto período, motivando a venda e partilha desses produtos. Alguns produtores relatam:

“Tem também é acerola, carambola, esqueci de falar, e pitanga. Goiaba também tem muito, tem muito pé de goiaba. Tudo isso eu vendo, na época tudo isso eu vendo [...]”

Acerola consome e vende também, enquanto tá na safra a gente consome e vende, né. Porque pensa em uma bichinha que rende também, né.” (Entrevistada 12).

“Tem horas que eu perco até as contas. 3 ali na frente, 5 aqui, 8 você não dá vencimento. Aí às vezes aí eu olho, aí dou, porque ela vai muito vender na barra, né, dona *****, as frutas, aí ela leva para mim, entendeu?” (Entrevistada 2).

Além das frutas, os produtos que apresentam uma boa proporção de autoconsumo e venda são os tubérculos e as hortaliças. No que corresponde aos tubérculos, a venda é mais acentuada no estrato 2. Ademais, esses produtos são os que apresentam os maiores estabelecimentos realizando a venda. O plantio de macaxeira, inhame e batata-doce está altamente relacionado à rusticidade dessas culturas, que se adaptam às condições edafoclimáticas hostis, a exemplo de climas adversos e solos de baixa fertilidade (Souza *et al.*, 2013). A demanda e o preço pago por esses produtos na região também contribuem com esse cenário, visto que dentre todas as categorias de produtos agrícolas cultivados no assentamento, os tubérculos são os mais rentáveis dentro do contexto que os produtores estão inseridos.

As hortaliças apresentam maior proporção de autoconsumo e menor destinação a venda, sendo que o estrato ‘menor e igual a 13’ nem realizam a venda desses produtos. A produção desses alimentos é constantemente ligada à produção para autoconsumo, visto que são produtos com alta perecibilidade e a obtenção desses alimentos na zona urbana é mais dificultosa (Grigol *et al.*, 2022). Ademais, segundo os autores, as hortaliças se caracterizam como alimentos complementares ao tripé “arroz, feijão e carne”.

No que tange os grãos, a produção está diretamente ligada a proporção da criação das galinhas, como foi evidenciado anteriormente, o estrato 2 detém a maior parcela da produção desses animais. Dessa forma, o maior estrato investe mais na produção de milho, sendo uma parte essencial da alimentação desses animais, o que permite aos assentados despenderem menos dinheiro com ração. Conforme os seguintes relatos:

“Vende e consome mais do que vende. Porque ele maduro assim eu vendo pouco, porque a gente cria galinha, né, aí deixa secar para poder dar para as galinhas.” (Entrevistada 12).

“Só se fosse muito para debulhar [daria] para vender. É para galinha, esse negócio. Agora para comer, não presta não que é miudinho, a terra é fraca num dá não.” (Entrevistada 09).

“Não, eu consumo e minhas galinhas.” (Entrevistada 15).

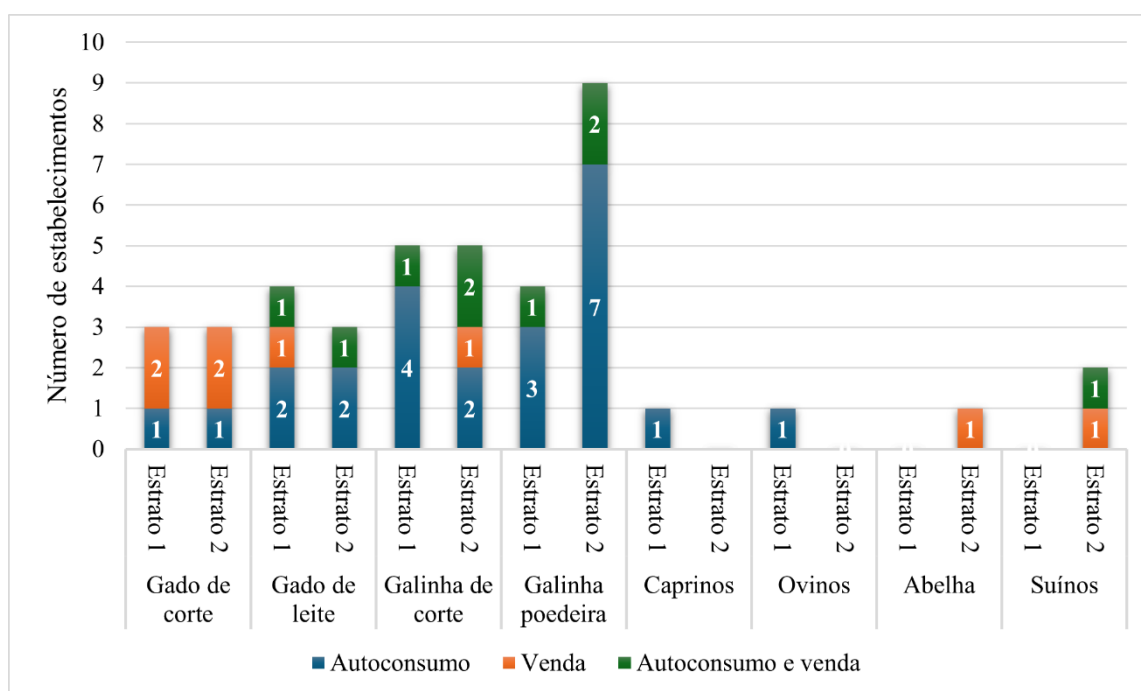
Como o menor estrato cria menos galinhas, há menor produção de milho, proporcionalmente. Além disso, a venda do milho pelo maior estrato está associada às épocas festivas, onde a demanda por esse grão é alta.

As leguminosas, como explicado anteriormente, são produzidas em menor proporção em decorrência de fatores edafoclimáticos. A venda está associada ao feijão-de-corda que, quando a plantação evolui para a colheita, ao separar a produção para o autoconsumo, vende-se o excedente, conforme explica a entrevistada 03: “quando dá muito, aí a gente vende”.

As medicinais são utilizadas somente para suprir as demandas da saúde das famílias, ao passo que a forragem é destinada para alimentação animal, com venda em apenas um lote do menor estrato. Esse caso em específico ocorreu em uma época em que o produtor produzia muita cana-de-açúcar, que motivou a venda. Ademais, mesmo que o menor estrato não realize a venda na mesma proporção que o maior estrato, a produção voltada majoritariamente ao autoconsumo é fator essencial para diminuir a vulnerabilidade da alimentação dos assentados, isto pois, independente das relações de mercado, a família é abastecida de alimentos de qualidade (Grigol *et al.*, 2022).

Buscando avaliar a mesma relação na produção pecuária, a Figura 9 mostra a relação entre autoconsumo, venda e autoconsumo e venda dos produtos da pecuária, nos diferentes estratos de produção.

Figura 9 – Autoconsumo, venda, autoconsumo e venda da produção pecuária dos estabelecimentos familiares dos diferentes estratos no PA Celso Furtado.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Conforme a Figura 9, é possível observar que a proporção de venda dos produtos pecuários é mais incisiva que a dos produtos agrícolas, principalmente considerando que esse tipo de produção é realizado em menor proporção. Como indicado anteriormente, a maior parcela dessa produção é representada pela pecuária de pequeno porte, quais os motivos já foram explicados anteriormente na Figura 7.

Dentre todas as pecuárias, o gado bovino é a produção majoritariamente destinada à venda, para os dois estratos de produção. Isso está associado principalmente à forma que os assentados enxergam o gado de corte, caracterizando-se como uma segurança financeira e agregadora de renda, conforme o relato:

“É, mas o gado também dá um dinheirinho, né. Que a gente, né, vende, né e sempre tem, né? Fazer 1 exame, fazer uma cirurgia, como a minha menina mesmo foi operada, teve que pagar. A gente cria pra isso.” (Entrevistada 22).

Dessa forma, muitos produtores continuam criando gado como uma forma de garantir necessidades básicas, especialmente ligadas a saúde, e se preparar para urgências que possam surgir. A condição de assentado, por si só, caracteriza-se como uma situação de vulnerabilidade, visto que para ter acesso a alimentação, saúde, educação e lazer, há necessidade de sair do assentamento. Para tal, há necessidade de uma reserva de dinheiro que é garantida pelo gado. Ademais, os assentados que criam gado, em geral, já vêm de famílias pecuaristas, o que indica a sucessão de costumes e saberes.

A produção de leite tem base no autoconsumo e venda do excedente, ao contrário da produção de corte, destinada à venda. Além disso, a forma de criação dos animais de leite é diferenciada, contando com rebanhos menores, limitando-se a um ou dois animais, que são criados no lote pequeno. Entre os estratos, a forma de criar gado de leite é semelhante, o que justifica os resultados próximos.

As galinhas, tanto para corte quanto para leite, são as maiores produções pecuárias do assentamento. A principal diferença entre a criação de gado e galinhas é a destinação, visto que a criação de gado é associada a renda e a criação de galinhas é associada a alimentação. Além disso, a venda dos ovos é esporádica, que flutua de acordo com a quantidade produzida e com a demanda das pessoas de dentro e fora do assentamento, isso pois muitas pessoas realizam a produção de ovos no Celso Furtado. Isso fica evidente a partir de alguns relatos:

“Não, os ovos muita gente tem aí, não gosta de comprar, não [...] eu consumo e dou também.” (Entrevistada 15).

“Vendo os ovos, quando tem muito eu saio por ai vendendo” (Entrevistada 13).

Ademais, a venda das galinhas para corte é condicionada à demanda pela carne e à idade dos animais, que são abatidos quando ficam velhos e improdutivos para obtenção de ovos, conforme os relatos:

“Tudo que eu quero para consumo caseiro e quando ela [galinha] passa do tempo passa para a venda. Porque não vou consumir tudo sozinho, mas o que eu quero é pra consumo caseiro.” (Entrevistado 7).

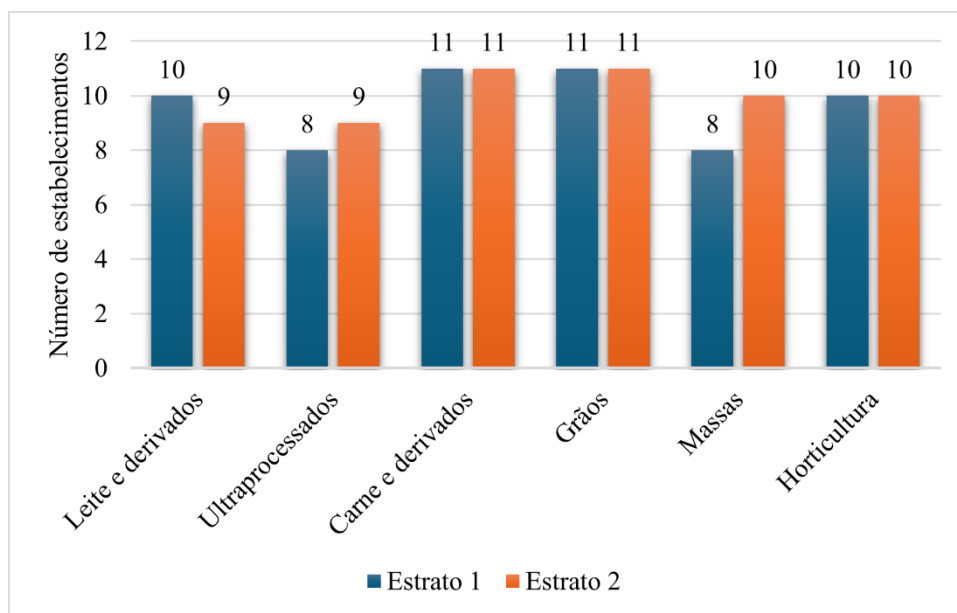
“A galinha vendo menos, assim, só quando alguém quer comer uma galinha e ligam e me vende uma galinha? Ai eu vendo, mas eu crio ela mais para produzir o ovo.” (Entrevistada 13).

A abelha é produzida em apenas um lote, sendo destinada exclusivamente para venda do mel. Esse caso é específico visto que, como dito anteriormente, é realizado por motivações próprias. Ademais, isso também ocorre com os caprinos e ovinos, que são criados somente para o consumo da carne. Além disso, esses animais carregam uma questão cultural da família, visto que os antecessores da assentada que realiza essa criação também criavam ovinos e caprinos.

4.4 Caracterização da alimentação dos agricultores do PA Celso Furtado

A alimentação está associada diretamente à produção das famílias, visto que a maior parte desta é destinada ao autoconsumo. Porém, apesar da grande diversificação produtiva tratada anteriormente, ainda há compra de alimentos fora do estabelecimento familiar (Figura 10). Grisa (2008, p. 486) destaca que “embora a produção para o consumo familiar atenda em grande medida as necessidades alimentares, há alimentos que não podem ser produzidos pela família e que são indispensáveis”. Dessa forma, ainda segundo a autora, existe a necessidade de estabelecer relações com os mercados para que esses produtos possam ser garantidos.

Figura 10 – Produtos adquiridos fora do estabelecimento familiar, por estrato de produção, no PA Celso Furtado.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A produção dos lotes como unidade produtiva, por si só, é diversificada, isto pois, cada lote tem ao menos três tipos de produção agrícola e as atividades realizadas pela família se enquadram como estratégias de resiliência no campo. Porém, endossando o que foi dito por Grisa (2008), existem produtos que não podem ser produzidos dentro do assentamento, por diversas questões que serão explicadas no decorrer do texto. Dessa forma, os assentados realizam a aquisição de produtos de duas formas: dentro do assentamento, por meio de relações de troca ou compra entre vizinhos; ou fora do assentamento, por meio de supermercados, mercearias e feiras livres da região.

Analisando o gráfico, é possível observar que os alimentos adquiridos fora do estabelecimento são similares entre os estratos, com diferenças que não chegam a três estabelecimentos por categoria de produtos. Esse padrão de compra está associado a uma série de fatores relacionados às categorias listadas. Em geral, os assentados adquirem fora do estabelecimento apenas o que não tem condições de produzir no lote produtivo, seja por questões de processamento, seja por questões edafoclimáticas que não permitem o plantio, como é apontado por alguns dos agricultores:

“compra quando tem dinheiro. O que não tem na roça, compra, né [...] o que a gente não tem aqui, compra, açúcar [...] é que quando chega o verão eu quase não planto esses negócio de verdura, essas coisas” (Entrevistado 17).

“Arroz a gente compra arroz, feijão, gente compra pouco, agora arroz a gente compra mais, né, a farinha também, gente, compra, porque a gente não faz farinha sempre, mas não faz” (Entrevistada 12).

“compro [...] tomate, cebola. Porque tudo isso, o tomate a gente planta aqui, mas a gente não colhe” (Entrevistado 8).

No PA, os estabelecimentos não têm água encanada. Este fato corrobora com a limitação de acesso à irrigação, que consequentemente limita a produção agrícola à época de chuvas. Logo, no verão, a produção de cultivos que têm uma maior demanda hídrica (a exemplo das hortaliças, grãos e leguminosas) diminui drasticamente, levando a compra desses produtos no mercado.

Além disso, há cultivos que não evoluem, mesmo com água disponível, que é o caso do tomate e feijão. Dessa forma, cultivos que demandam mais tratos culturais com dependência de compra de insumos no mercado, em geral, não são produzidos no assentamento, sendo que as condições edafoclimáticas ditam o modo de produção e os cultivos que serão plantados em determinadas épocas do ano (Dusi *et al.*, 1993; Santos; Barros e Ferreira, 2023). Isso justifica a aquisição de produtos hortícolas e grãos por quase todos os lotes dos diferentes estratos produtivos, visto que o que é produzido não supre as necessidades alimentares e nutricionais da família o ano todo.

Porém, quando se trata das hortaliças, essa aquisição fora do estabelecimento nem sempre ocorre por meio de compra, pois os assentados trocam alimentos entre si, suprimindo as necessidades do que não conseguem produzir no lote:

“Quiabo às vezes eu vendo também, mas o que eu mais faço é dar de presente [...] Não, a couve a gente dá também quando tem muito assim. Eu não gosto de vender não, eu pego e dou” (Entrevistada 15).

Ademais, bem como a produção de hortaliças, a produção de grãos também é afetada pelas condições edafoclimáticas, que leva os assentados a adquirirem esses produtos fora do assentamento, tanto para consumo próprio quanto para alimentação animal; sendo este último o maior fator para a compra de grãos, visto que a criação de galinhas, em especial, demanda uma maior quantidade de milho do que é possível produzir. Dessa forma, os maiores representantes desse grupo são o milho, o arroz e o café.

As categorias de ultraprocessados e massas foram as que apresentaram diferença entre os estratos, mesmo que pequena. Nessas categorias estão inseridos os produtos que as famílias não têm condições de produzir, levando em consideração que eles precisam de

agroindustrialização ou somente industrialização. Alguns dos produtos citados pelos assentados que se encaixam nessas categorias de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira – GAPB (2014), foram: farinha de trigo, biscoitos recheados, embutidos e macarrão. Ademais, alimentos definidos como ingredientes culinários e processados também são adquiridos pelos assentados, como: óleo de cozinha, vinagre e açúcar (GAPB, 2014). Dessa forma, é inevitável que haja a compra desses produtos em mercearias e supermercados, visto que não são produzidos no assentamento e não estão disponíveis em feiras livres.

Considerando as percepções do caderno de campo, o consumo de ultraprocessados e massas está altamente relacionado à alimentação infantil, já que há demanda desses indivíduos por doces, biscoitos, bolos e outros. Diante dessa informação, é possível compreender o porquê o estrato 2 adquire esses produtos em maior proporção, visto que é o que detém o maior número de crianças em idade escolar.

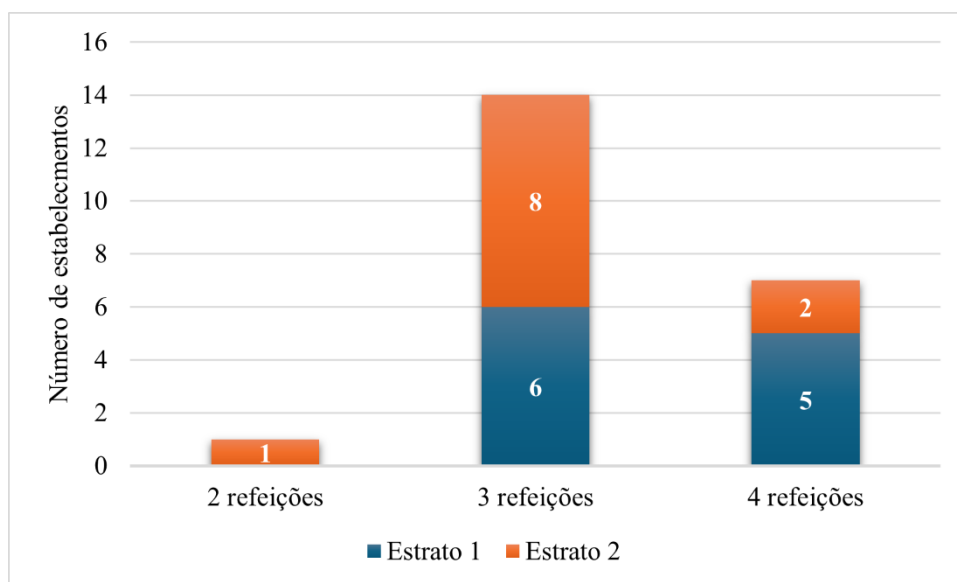
Por fim, se analisa as categorias de leite e derivados e carne e derivados. Como discutido anteriormente, a produção de carne e leite no assentamento é limitada por uma série de fatores, especialmente ligados ao fato de que a criação de animais se limita a poucos lotes e é majoritária na produção de ovos. Isto associado ao fato de a pecuária de corte é destinada, em totalidade, à venda.

A ausência de agroindústrias de beneficiamento de leite e carne no assentamento, além do pequeno número de agricultores que realizam a produção pecuária, contribui com esse cenário de compra de produtos cárneos e lácteos fora do assentamento. Ademais, mediante comparativo do número de estabelecimentos que produz leite e o número de estabelecimentos que adquirem leite e derivados, há o indicativo de que até mesmo quem os produz está realizando a compra por outros circuitos de comercialização. Ou seja, há indícios de que a produção de leite do assentamento não supre as necessidades da família, levando-as a adquirir fora do assentamento. Além disso, há a compra de derivados como queijos, iogurtes e manteiga, que compõem uma parte importante dos hábitos alimentares da família, caracterizando-se como alimentos comuns à dieta.

Além dos produtos consumidos, sejam aqueles adquiridos fora do estabelecimento ou aqueles produzidos no estabelecimento, a caracterização da alimentação dos assentados de reforma agrária engloba o número de refeições realizadas. Desta forma, a Figura 11 mostra o número de refeições diárias realizadas pelos agricultores nos diferentes estratos produtivos. Em geral, quando se prioriza os produtos provenientes da AF, há garantia de alimentos básicos e estímulo a hábitos alimentares saudáveis, visto que ela disponibiliza uma maior diversidade de

alimentos (Silva *et al.*, 2023, p. 16). Logo, considerando que a pesquisa trabalha sob a ótica dos agricultores, espera-se um padrão de consumo próprio e saudável.

Figura 11 – Número de refeições diárias realizadas pelos agricultores familiares do Celso Furtado.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A partir da Figura 11, é possível observar que as famílias do PA Celso Furtado realizam de 2 a 4 refeições diárias, salientando que estes resultados correspondem às refeições preparadas em casa, sem considerar àquelas realizadas fora do estabelecimento produtivo, como foi indicado pelos agricultores entrevistados. Analisando por estrato, são as famílias que pertencem ao estrato 1 que realizam o maior número de refeições, estando nas categorias de 3 e 4 refeições diárias, com 6 e 5 estabelecimentos, respectivamente. Já o estrato 2 está concentrado na categoria de 3 refeições, onde constam 8 estabelecimentos.

Em ambos os estratos, no que corresponde a estrutura familiar dos entrevistados, há a presença de crianças, pessoas com menos de quarenta anos e pessoas com mais de quarenta anos (em geral, idosos), o que gera incerteza em discorrer acerca das motivações por trás desses resultados. Fazendo um paralelo com a Figura 10, que mostra que ambos os estratos realizam a compra de alimentos fora do estabelecimento, é possível chegar a duas conclusões acerca da Figura 10: (1) quem produz mais, consome e compra e (2) quem produz menos, consome e compra. Dessa forma, fica evidente a existência de um paradoxo, isto pois, mesmo que a família produza pouco, ela consome muito pois compra muitos produtos fora do estabelecimento, ao passo que as famílias que produzem muito, consomem muito e, em decorrência disso, também

compram muitos produtos, em geral, aqueles que não conseguem produzir no estabelecimento. No PA, não há precificação da produção voltada ao autoconsumo, deste modo, os agricultores não têm noção do quanto esta produção representa em termos monetários. Isso é importante pois seria possível avaliar em termos quantitativos qual é o impacto financeiro da presença ou ausência da produção voltada ao consumo doméstico, o que explicaria com maior profundidade a situação a pouco relatada. Vale frisar, desta forma, que essa temática será mais bem explorada em estudos futuros.

Dessa forma, fica subentendido que a relação dos assentados com as refeições realizadas diariamente é puramente preferencial e condicional, ou seja, depende das vontades e dinâmicas da família e sua relação com a alimentação, como pode ser evidenciada a partir dos seguintes relatos:

“Três vezes. Bem cedo, meio-dia e de noite [...] tem que comer, né, quem trabalha tem que tá forte né” (Entrevistado 01).

“É, quando dá vontade, porque eu só gosto de comer quando tô com vontade, sem vontade pra que né? Eu não boto, não como e deixo” (Entrevistada 11).

“Três vezes né, três vezes é normal” (Entrevistada 13).

“Tem dia que a gente come 3 vezes, tem dia que a gente só come uma porque não está com fome” (Entrevistado 16).

“Três vezes é, se tiver, né [...] não falta, né, um pouco de Deus, é muito” (Entrevistado 17).

Diante dos relatos acima, salienta-se que a maior parte dos assentados reconhece a importância da alimentação. Isso fica evidente a partir do senso comum entre estes agricultores de que três refeições diárias é o suficiente para suprir suas necessidades, visto que estas são as refeições principais (café da manhã, almoço e jantar) (Leal *et al.*, 2010). Ademais, as falas dos entrevistados 11 e 16, indicam que a alimentação diária se condiciona à vontade e sensação de fome, contribuindo para que essas pessoas só consomem a partir das necessidades fisiológicas.

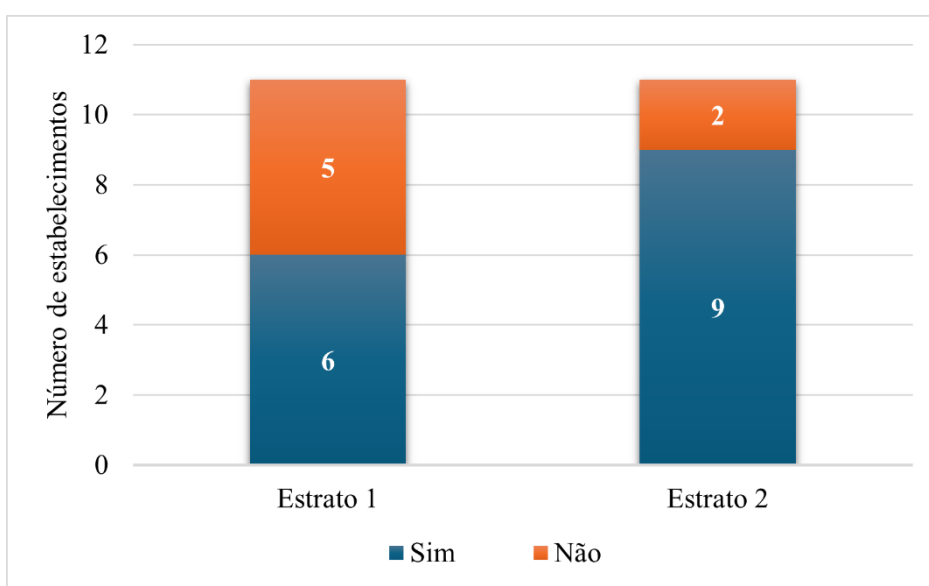
Corroborando com a discussão, Carvalho e Rocha (2011) e Heitor, Rodrigues e Tavares (2013) afirmam que a realização de três refeições diárias é uma frequência alimentar adequada, que supre as necessidades energéticas do corpo, e é constantemente encontrada em estudos sobre a população adulta da zona rural.

Além das questões puramente preferenciais e condicionais, vale frisar que este trabalho não analisa quantitativamente os produtos adquiridos fora do estabelecimento e aqueles produzidos no estabelecimento. Dessa forma, apesar do estrato 2 realizar menos refeições

diárias do que o estrato 1, mesmo adquirindo os mesmos produtos fora do estabelecimento, pode estar despendendo menos custos com a alimentação e destinando essa renda para outras necessidades básicas.

No PA em questão, além das dinâmicas alimentares e produtivas, buscou-se investigar a relação dos assentados com a fome, tanto no passado quanto no presente, e os estigmas que esta causou na vida deles. Com isso, a Figura 12 mostra o número de assentados que já passaram ou não por situações de fome, por estrato produtivo.

Figura 12 – Situação de fome dos agricultores familiares do Celso Furtado.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Como é possível observar, dos 22 agricultores entrevistados, 15 relataram ter passado fome em alguma fase das suas vidas. Isto vai ao encontro de um contexto nacional, visto que 34,5% das famílias rurais apresentaram algum nível de IAN no ano de 2023 (PNAD, 2024), indicando que a zona rural ainda é vulnerável às questões associadas ao acesso dos alimentos, mesmo sendo produtora destes.

Analisando por estrato, a maior parte dos agricultores que respondeu “Sim” ao questionamento sobre a situação de fome está inserida no estrato 2, contando com 9 respostas. Enquanto isso, o estrato 1 apresentou respostas mais equitativas, onde 6 responderam “Sim” e 5 responderam “Não”. Diante das dinâmicas observadas no assentamento, esse resultado pode corroborar com a diversificação produtiva dos estratos, isto pois, o estrato de maior diversificação produtiva foi o que sofreu em maior proporção com o estigma da fome. Além disso, são os agricultores deste estrato que relatam com mais detalhes o período no qual

passaram dificuldades, afirmando que isso ficou no passado. A partir disso, temos os seguintes relatos:

“Muita, Ave Maria! Quando eu entrei no sem terra, era por dentro do lixeiro catando abobora pra comer, era tirando cana pra chupar, achava um dia as vezes para trabalhar e ia trabalhar, às vezes não achava e quando achava às vezes ia trabalhar com fome porque não tinha, muitas vezes [...] eu não tinha terra ainda né” (Entrevistado 09).

“Chegou um dia, não foi só um dia, eu não vou dizer que não foi só um dia, me levantar e dizer assim: meu Deus, não tem um café pra fazer, não tem um pão para comer, não tem um cuscuz para comer. Já aconteceu, não vou dizer a você que não aconteceu porque já aconteceu, hoje praticamente eu me sinto rica [...] não, não plantava nada e a gente passou um aperto. Passou, sim, mas depois que a gente começou a plantar, aí a gente, viu que a coisa melhora, foi melhorando, melhorando, e aí, melhorou” (Entrevistada 12).

“Já passei, em 70 passei. E quando tava acampado, antes de pegar as terras, passava precisão mesmo, antes de pegarem as terras, né, agora que peguei as terras tudo melhorou, né, pude trabalhar com fé em Deus, graças a Deus, ter minhas coisinhas, aí acabou a precisão, né” (Entrevistado 01).

Todos os relatos apontam momentos nos quais os assentados passaram por problemas relacionados a fome. De forma interessante, a maior parte dos relatos envolvem a questão produtiva, onde a fome está associada diretamente ao fato das famílias não deterem de terras para realizar o plantio de cultivos e criação de animais que poderiam servir como aporte alimentar para mitigar seus impactos.

Nesse contexto, é essencial frisar que apesar da IAN estar associada a uma série de fatores, uma estrutura fundiária altamente concentrada promove a marginalização dessas populações (Matheus; Souza-Esquerdo; Silva, 2024), sendo fator determinante na situação de fome. Além disso, a conquista da terra vai além do plantar para vender, envolve questões como resgate da cidadania, sensação de pertencimento e melhoria da qualidade de vida dos assentados de reforma agrária (Souza-Esquerdo; Bergamasco; Oliveira; Oliveira, 2015). O MST tem um papel crucial para mitigar a falta de acesso a alimentos (Laurentino *et al.*, 2022), além de levantar a bandeira da reforma agrária, que resolveria (mesmo que parcialmente) o problema do acesso a terras pela AF e comunidades tradicionais.

Ademais, posterior a aquisição da terra, os assentados relatam a satisfação com o ato de plantar e criar, destacando o trecho da fala da entrevistada 12 “eu me sinto rica” e trazendo para a discussão a fala da entrevistada 14 “aqui nós somos ricos”. Isso evidencia que, enquanto agricultores e assentados, o ato de plantar e criar (e consequentemente superar a IAN) está totalmente ligado as suas raízes e cultura, o que traz a sensação de bem-estar, reconhecimento e pertencimento.

Com isso, é importante frisar que a diversificação produtiva no PA Celso Furtado impacta diretamente na quantidade de alimentos que são destinados ao consumo da família. A produção destinada ao consumo doméstico é de suma importância para garantir o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficientes, pilares que regem os preceitos da SAN. Dessa forma, existe uma correlação explícita entre SAN, autoconsumo e diversificação produtiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados na seção anterior, pode-se concluir que o contexto produtivo do PA Celso Furtado é construído em torno do autoconsumo e consequente diversificação produtiva. Com isso, pensando nos dois estratos, entende-se que a lógica produtiva está diretamente ligada às necessidades da família e não ao mercado, visto que é ditada pelas necessidades físicas, econômicas e culturais dos assentados, independentemente do nível de diversificação.

Para ambos os estratos, as variáveis idade e escolaridade seguem a mesma tendência que, além de um contexto local, relacionam-se com questões profundas associadas à sucessão familiar e ao acesso à educação no meio rural em âmbito nacional. Ou seja, o assentamento está em processo de envelhecimento e os assentados não obtiveram acesso regular à educação, sendo estes fatores limitantes na reprodução social dessas famílias.

Em um contexto produtivo, ambos os estratos seguem aspectos semelhantes. Em relação a agricultura, ambos os estratos produzem todas as categorias estabelecidas, porém, o estrato 2 detém o maior número de lotes produzindo, enquanto o estrato 1 produz em menor proporção, especialmente tubérculos, hortaliças e grãos. No que diz respeito à pecuária, este comportamento é mais sutil, visto que os estratos realizam as mesmas criações na mesma proporção, com exceção da galinha poedeira. Ou seja, pode-se concluir que o estrato 2 é mais diversificado que o estrato 1, pois, apesar de produzir as mesmas categorias, realiza em maior número de lotes.

A diversificação se associa diretamente ao autoconsumo e à venda. O estrato 2 diversifica mais e, consequentemente, realiza mais vendas, visto que convive com rendas menores. O estrato 1, em comparação, detém uma produção muito voltada ao autoconsumo. Fazendo distinção, o estrato 2 realiza autoconsumo e venda dos produtos da agricultura e pecuária, enquanto isso, o estrato 1 realiza maior autoconsumo dos produtos da agricultura e

maior venda dos produtos da pecuária. Ou seja, a produção de ambos os estratos é convertida em alimento, porém, o estrato 2 converte, também, em renda (mais que o estrato 1).

Outro aspecto semelhante aos estratos é a aquisição de alimentos. O estrato 1 e estrato 2 realizam a aquisição dos mesmos alimentos fora do estabelecimento produtivo. Para ambos os estratos, a compra desses produtos ocorre quando não há meio de produzi-los no assentamento, porém, para estudos futuros, investigar o desprendimento de renda monetária para tal é importante para avaliar quantitativamente quanto esses estratos estão poupando de dinheiro com a produção para o autoconsumo.

O número de refeições serviu de parâmetro para avaliar a situação de SAN entre os assentados. A maior parte das famílias, de ambos os estratos, reconhecem a importância de realizar, no mínimo, as refeições principais do dia (café da manhã, almoço e jantar), o que contribui com uma alimentação suficiente para suprir as necessidades fisiológicas do corpo.

Por fim, a situação de fome. Os agricultores do PA Celso Furtado não sofrem com a fome na condição de assentados, porém, antes disso, a maior parte deles se encontrava nessa situação. Dentre os estratos, o estrato 2 representou a maior parte das famílias que já passaram por situações de fome ao longo da vida, o que pode justificar algumas dinâmicas familiares associadas à produção.

A partir disso, pode-se concluir que a diversificação produtiva garante a SAN no PA Celso Furtado, ao passo que propicia que a família diversifique suas estratégias para que continue se reproduzindo socialmente, possibilitando a permanência no meio rural com qualidade de vida, sem comprometer as necessidades básicas da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA. Tatu-Peba. Aracaju: ADEMA, 2020. Disponível em: <https://adema.se.gov.br/tatu-peba/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

Almeida, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986.

Altieri, Miguel Angel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347>. Acesso em: 12 mai. 2025.

Bardin, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. **São Paulo: Edições**, v. 70, p. 279, 2016.

Becker, Cláudio; Sacco dos Anjos, Flávio. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634800>. Acesso em:

Belik, Walter. Examinando o conceito de segurança alimentar e nutricional e suas novas dimensões. **Texto para discussão**. Unicamp: Instituto de Economia. Campinas, n. 460, 2024. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD460.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

Bello, Walden. **The food wars**. London: Verso Books, 2009.

Brasil. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 01 mai. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. 158 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em:

Brumer, Anita; Spanevello, Rosani Marisa. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 144p.

Camarano, Ana Amélia; Abramovay, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Ipea: 1999. (Texto para discussão n. 621). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf. Acesso em:

Carvalho, Edilaine Oliveira; Rocha, Emersom Ferreira da. Consumo alimentar de população adulta residente em área rural da cidade de Ibatiba (ES, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 179–185, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100021>. Acesso em:

Conterato, Marcelo Antonio; Schneider, Sergio; Waquil, Paulo Dabdab. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, v. 31, n. 1, 2010. Disponível em: <http://200.198.145.164/index.php/ensaios/article/view/2240>. Acesso em: 12 jul. 2025.

Contreras, Jesús. Alimentación y cultura: reflexiones desde la Antropología. **Revista Chilena De Antropología**, Universidad de Chile, v. 11, p. 95-111, 1992. Disponível em: <https://revistas.uchile.cl/index.php/RCA/article/view/17643/18408>. Acesso em: 01 mai. 2025.

Contreras, Jesús; Gracia, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2011. 496 p.

Contreras, Jesús; Gracia, Mabel. **Alimentación y cultura: perspectivas antropológicas**. Barcelona: Editora Ariel, 2005. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=1misZQrhOQIC&printsec=frontcover&source=gbv_vpt_read#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 01 mai. 2025.

Costa, José Eloízio da; Carvalho, Diana Mendonça de. Agricultura familiar no estado de Sergipe: uma leitura a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. Suplemento Especial, p. 195-209, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1265/857>. Acesso em:

Custódio, Maria Battaglia; Furquim, Nelson Roberto; Santos, Greici Maria Mansini; Cyrillo, Denise Cavallini. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634683/2602>. Acesso em: 15 mai. 2025.

Dantas, Natalie Marinho; Souza, Camila Valdejane Silva de; Vale, Diôgo. Contribuição da agricultura familiar para a Segurança Alimentar e Nutricional: evidências a partir da diversidade de alimentos de origem vegetal. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 31, n. 00, p. 1-26, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8677254>. Acesso em: 06 mai. 2025.

DelGrossi, Mauro Eduardo; Balsadi, Otavio Valentim. Mercado de trabalho e agricultura no Brasil contemporâneo. In: Vieira Filho, José Eustáquio Ribeiro; Gasques, José Garcia (orgs.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília: Ipea, 2020. p. 205-218. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/dc7bad85-5adc-4eee-b067-8db9d7e24ec5/content>. Acesso em:

Desmarais, Annette Aurélie. La Via Campesina: Globalização e o poder dos camponeses. **Revista Nera**, ano 10, n. 10, p. 165-173, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1418>. Acesso em: 10 mai. 2025.

Duval, Henrique Carmona; Valencio, Norma Felicidade L. S.; Ferrante, Vera Lúcia S. Botta. Autoconsumo num Assentamento Rural: Segurança Alimentar e Agroecologia em Debate a Partir de um Estudo de Caso. **Retratos de Assentamentos**, v. 11, n. 1, p. 101-132, 2008. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2008.v11i1.17. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/17>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Fabrini, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 07, p. 97–112, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6542>. Acesso em:

Freitas, Gabriela de Menezes; Ferrante, Vera Lúcia Silveira Botta; Sossae, Flávia Cristina; Filipak, Alexandra. Quintais produtivos: expressões de resistência das mulheres assentadas em territórios de monocultura. **Retratos de Assentamentos**, v. 26, n. 2, p. 163-183, 2023. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/560>. Acesso em:

Friedmann, Harriet. The political economy of food: a global crisis. **New left review**, n. 197, p. 29-57, 1993. Disponível em:

<https://www.wphna.org/htdocs/downloads/may2012/Harriet%20Friedman%20The%20Political%20Economy%20of%20Food%20pdf.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2025.

Gazolla, Marcio; Schneider, Sergio. A Produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Editora da UFRRJ, v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em:

<https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/283/279>. Acesso em: 03 mai. 2025.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Grigol, Natália Salaro; Molina, Silvia Maria Guerra; Sant’Ana, Gustavo da Cunha; Garavello, Maria Elisa de Paula Eduardo. Produção para autoconsumo e segurança alimentar entre assentados rurais do Alto Xingu, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 2, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233195>. Acesso em:

Grisa, Catia. A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11001/000601676.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 mai. 2025.

Grisa, Catia. Segurança alimentar e autonomia na agricultura familiar: a contribuição da produção para o autoconsumo. **Revista de extensão e estudos rurais**, v.1, n. 1, p. 97-129, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3278/1549>. Acesso em: 02 mai. 2025.

Grisa, Catia; Schneider, Sergio. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr.-jun. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/ZNNKJRcfQX9tGPTWRqXLgRG/?format=pdf>. Acesso em: 05 mai. 2025.

Grisa, Catia; Schneider, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125–146, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>. Acesso em: 02 set. 2025.

Grisa, Catia; Tecchio, Andreia; Chechi, Leticia Andrea; Sabourin, Eric. As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 78-108, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5999/599962750004/599962750004.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

Guedes, Terezinha Aparecida; Martins, Ana Beatriz Tozzo; Acorsi, Clédina Regina Lonardan; Janeiro, Vanderly. Estatística descritiva. **Projeto de ensino aprender fazendo estatística**, v. 1, p. 1-49, 2005. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_etal_Estatistica_Descritiva.pdf. Acesso em: 03 set. 2025.

Heitor, Sara Franco Diniz; Rodrigues, Leiner Resende; Tavares, Darlene Mara dos Santos. Prevalence of compliance with healthy eating in older adults from the rural zone. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 22, n. 1, p. 79–88, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000100010>. Acesso em:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. 2025. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Junqueira, Clarissa Pereira; Lima, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 29, n. 2, p. 159–176, 2008. DOI: 10.5433/1679-0383.2008v29n2p159. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>. Acesso em: 02 set. 2025.

Laurentino, Jackson Silva Lima; Silva, Adarlam Tadeu da; Silva, Erica Rodrigues da; Silva, Catarine Santos da; Almeida, Luymara Pereira Bezerra de. Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra e suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de covid-19 no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210967pt>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Leal, Greisse Viero da Silva; Philippi, Sonia Tucunduva; Matsudo, Sandra Marcela Mahecha; Toassa, Erika Christiane. Consumo alimentar e padrão de refeições de adolescentes, São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, p. 457-467, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rbepid/2010.v13n3/457-467/pt>. Acesso em:

Lin, Brenda B. Resilience in agriculture through crop diversification: adaptive management for environmental change. **Bioscience**, v. 61, n. 3, p. 183-193, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232692623_Resilience_in_Agriculture_through_Crop_Diversification_Adaptive_Management_for_Environmental_Change. Acesso em: 22 jul. 2025.

Lopes, Antonio Wagner Pereira; Carmo, Maristela Simões do; Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira; Ferrante, Vera Lucia Silveira Botta. Assentamentos rurais e práticas ecológicas: uma análise em duas modalidades diferenciadas de assentamento. **Cadernos CERU**, v. 26, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/7940>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Maciel, Maria Eunice. Olhares antropológicos sobre a alimentação: identidade cultural e alimentação. In: Canesqui, A. M.; Garcia, R. W. D. (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-03.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

Maluf, Renato Sérgio; Menezes, Francisco; Valente, Flávio L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, v. 4, n. 1, p. 66-88, 1996. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf). Acesso em: 05 mai. 2025.

Matheus, Andréia Cristina; Souza-Esquerdo, Vanilde Ferreira de; Silva, Vitor Gonçalves de. Acesso à terra, solidariedade e a promoção da segurança e soberania alimentar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 31, p. e024014, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8677585>. Acesso em:

Mattei, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83–92, 2017. DOI: 10.61673/ren.2014.500. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/500>. Acesso em: 02 set. 2025.

McMichael, Philip. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249044308_A_Food_Regime_Genealogy. Acesso em: 29 abr. 2025.

McMichael, Philip. Food regimes and agrarian questions. Rugby: **Practical Action**, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/PhilipMcMichael/publication/343402169_Global_developments_in_the_food_system/links/65490089ce88b87031ce0747/Global-developments-in-the-food-system.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

McMichael, Philip. Regimes Alimentares e Questões Agrárias. São Paulo: Editora Unesp e Editora da UFRGS, 2016. 256 p. Resenha de: França, Andreyra Raquel Medeiros de. Regimes alimentares e questões agrárias. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 440-444, jun. 2019. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-2_regimes_alimentares. Acesso em: 30 abr. 2025.

Menasche, Renata (org.). **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 344 p. Disponível em: https://www.ufrgs.br/gepac/arquivos/livros/saberes-e-sabores_livro.pdf. Acesso em: 05 mai. 2025.

Menasche, Renata; Marques, Flávia Charão; Zanetti, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 145–158, jul. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700013>. Acesso em: 05 mai. 2025.

Modenese, Valéria da Silva; Sant'Ana, Antonio Lázaro. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 636–655, out. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/x7YcM7gGZjJhmkZDMQbJvXf/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Ney, Marlon Gomes; Hoffmann, Rodolfo. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 1, p. 147–181, jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032009000100006>. Acesso em:

Niederle, Paulo André; Wesz Junior, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

Organização das Nações Unidas – ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

Pereira, Caroline Nascimento; Castro, César Nunes de. Educação no meio rural: diferenças entre o rural e o urbano. Brasília: Ipea, 2021. (Texto para discussão n. 2632). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2632.pdf. Acesso em:

Perondi, Miguel Angelo. Diversificação da agricultura familiar. **INFOCOS**, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Miguel-Perondi/publication/295853874_DIVERSIFICACAO_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR/links/56cdfcea08aeb52500c36846/DIVERSIFICACAO-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD. **Segurança Alimentar 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102084>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Ploeg, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Brasil: Editora UFRGS, 2008.

Ploeg, Jan Douwe Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar. Rio de Janeiro: **Revista Agriculturas**, 2014. (Cadernos de debate, n. 1). Disponível em: https://aspta.org.br/files/2014/02/Agriculturas_Caderno_Debate-N01_Baixa.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

Ribeiro, Leandro Nieves. A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.

Revista Nera, ano 16, n. 23, p. 167-170, 2013. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2664>. Acesso em: 10 mai. 2025.

Sá, Cristiane Otto de; Sá, José Luiz de; Simões, Tania Valeska Medeiros Dantas. **Criação, Conservação e Multiplicação de Galinhas de Capoeira na Agricultura Familiar**. 1. ed.

Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2021. 33 p. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1135805/1/Cartilha-GalindaCapoeira-versao-final-digital.pdf>. Acesso em:

Sambuichi, Regina Helena Rosa; Galindo, Ernesto Pereira; Oliveira, Michel Ângelo

Constantino de; Pereira, Rodrigo Mendes. A diversificação produtiva como forma de

viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. *In*: Monasterio,

Leonardo Monteiro; Neri, Marcelo Côrtes; Soares, Sergei Suarez Dillon (ee.). **Brasil em**

desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, DF: Ipea, 2014.

p. 61-84. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/1a0495ab-](https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/1a0495ab-5c9a-481d-aa23-507955ee4046/content)

[5c9a-481d-aa23-507955ee4046/content](https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/1a0495ab-5c9a-481d-aa23-507955ee4046/content). Acesso em: 20 jun. 2025.

Schneider Segundo, Charla Basílio; Cruz, Fabiana Thomé da; Quintanilha, Karolino Torres;

Corcioli, Graciella. Diversificação produtiva pela agricultura familiar e segurança alimentar e

nutricional: uma revisão narrativa. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,

Administração e Sociologia Rural (SOBER), 60., 2022, Natal. **Anais[...]**. Natal: Sociedade

Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2022. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/sober2022/485489-DIVERSIFICACAO-PRODUTIVA-PELA-AGRICULTURA-FAMILIAR-E-SEGURANCA-ALIMENTAR-E-NUTRICIONAL--UMA-REVISAO-NARRATIVA>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Schneider, Sérgio. Mercados e Agricultura Familiar. *In*: Schneider, Sérgio (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Rio Grande

do Sul: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140. Disponível em:

<https://biblioteca.unisced.edu.mz/pdfjs/web/viewer.html?file=https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2676/1/Mercados%20e%20Agricultura%20Familiar.pdf>. Acesso em:

Schneider, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas

familiares e desenvolvimento rural. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, SP, v. 4, n. 1,

2012. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16832>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Schneider, Sergio; Cassol, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014. Disponível em:

<https://apct.sede.embrapa.br/cct/article/view/20857>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Schneider, Sergio; Niederle, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: Faleiro, Fabio Gelape; Farias Neto, Austeclínio Lopes de (orgs.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/570974/savanas-desafios-e-estrategias-para-o-equilibrio-entre-sociedade-agronegocio-e-recursos-naturais>. Acesso em: 09 ago. 2025.

Sibhatu, Kibrom T.; Krishna, Vijesh V.; Qaim, Martin. Production diversity and dietary diversity in smallholder farm households. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 112, n. 34, p. 10657-10662, 2015. Disponível em:

<https://www.pnas.org/doi/epdf/10.1073/pnas.1510982112>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Silva, Monica Nardini da; Sacco dos Anjos, Flávio. A sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, p. e253400, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.253400>. Acesso em:

Silva, Sandro Pereira; Sambuichi, Regina Helena Rosa; Alves, Fabio; Ciriaco, Juliane da Silva. **Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar e sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Ipea: 2023. (Texto para Discussão, n. 2934). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12417/1/TD_2934_web.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.

Silva, Thaís Xavier da. **A importância da diversificação rural na agricultura familiar**. MDS: biblioteca virtual do projeto REDESAN, 2010. Disponível em:

http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=11191. Acesso em: 09 ago. 2025.

Souza-Esquerdo, Vanilde Ferreira de; Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira; Oliveira, Julieta Teresa Aier de; Oliveira, Érika de Souza. Segurança alimentar e nutricional e

qualidade de vida em assentamentos rurais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634619>. Acesso em:

Souza, Remy Farias de; Silva, Ivandro de França da; Silveira, Flávio Pereira da Mota; Diniz Neto, Manoel Alexandre; Rocha, Igor Tenório Marinho da. Análise econômica no cultivo da mandioca. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 8, n. 2, p. 20, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7395409>. Acesso em:

Spanevello, Rosani Marisa; Matte, Alessandra; Andreatta, Tanice; Lago, Adriano. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/752/75251857014/75251857014.pdf>. Acesso em:

Tecchio, Andréia; Cazella, Ademir Antonio; Sabourin, Eric Pierre; Cortes, Geneviève. Estratégias alimentares de famílias rurais pobres na região Oeste de Santa Catarina. **REDES**, v. 24, n. 3, p. 217-240, 2019. Disponível em: <https://hal.science/hal-02649537/document>. Acesso em: 04 ago. 2025.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a estabelecimento da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Brasil: Editora da UFRGS, 2009.

Woortmann, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo-Brasília: Hucitec, UnB, 1995.

Woortmann, Ellen Fensterseifer. Padrões tradicionais e modernização: comida e trabalho entre camponeses teutobrasileiros. In: Menasche, R. (org.). **A agricultura familiar a mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 198 p.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA – ANO 2024

PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO NO CENÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR SERGIPANA EM PROL DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ORIENTADORA: Ana Paula Schervinski Villwock

DISCENTE: Júlia Karoline Ferreira Moura

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado: _____

Telefone/whatsapp: _____

Idade: _____

Local: _____

CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	PARENTESCO COM O ENTREVISTADO	TRABALHO D – dentro do lote F – fora do lote DF – dentro e fora

POLÍTICA PÚBLICA E/OU AUXÍLIOS GOVERNAMENTAIS

--	--	--	--	--	--

CARACTERIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

3. Qual a principal fonte de renda da família?

4. Qual a principal atividade de produção que gera renda a família?

5. Em média, quantas refeições os membros da família fazem por dia?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7

6. Quais são os alimentos que a família adquire fora do estabelecimento?

() Leite e derivados () Ultraprocessados () Carnes e derivados () Grãos () Massas () Horticultura () Outros:

7. Produz para o consumo da família? Sim () Não ()

a. Se não, por quê?

b. Se sim, qual a motivação para produzir para o autoconsumo?

8. Em que situação deixou ou deixaria de produzir para o consumo próprio da família?

9. Existe algum alimento que a família produzia para sua alimentação que hoje não produz mais?

R: Sim () Não ()

a. Se sim, quais os motivos de não produzir mais?

b. Deixaram de consumir ou passaram a comprar fora do estabelecimento esses alimentos?

10. Produz de modo diferenciado os alimentos que são para o consumo da família daqueles que são para a venda?

R: Sim () Não ()

a. Se sim, de que forma?

11. Está satisfeito(a) com a quantidade produzida para o autoconsumo?

R: Sim () Não ()

a. Se não, por quê?

12. Quais são os desafios encontrados na produção para o consumo familiar?

13. A família já passou por situações de fome?

R: Sim () Não ()

a. Se sim, como era a produção para o autoconsumo neste período?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ANO 2024

Eu, _____, declaro por meio deste termo, que concordei em participar, de forma voluntária, sem receber qualquer compensação financeira, do projeto de pesquisa, intitulado: **“MUDANÇAS NOS SISTEMAS PRODUTIVOS E NOS MERCADOS AGROPECUÁRIOS: MAPEAMENTOS, NOVOS CENÁRIOS E QUESTÕES EM DEBATE NO MEIO RURAL”**, desenvolvido pela estudante Maria Hellen Oliveira Gama, sob orientação da professora Dra. Ana Paula Schervinski Villwock, da Universidade Federal de Sergipe.

Fui informada, pela estudante e professora, sobre as características e objetivos da pesquisa e das atividades que poderão ser posteriormente realizadas, envolvendo a pesquisa, bem como publicações de artigos, desenvolvimento de eventos e apresentações em congressos.

Minha colaboração será através da participação em uma entrevista, gravada em áudio, realizada de forma presencial, posteriormente transcrita para análise de dados. O acesso aos dados brutos coletados se fará pela estudante e orientadora, e quando necessário, durante apresentação dos resultados da pesquisa, nomes fictícios serão utilizados, tomando todas as providências necessárias para manter o sigilo e anonimato do entrevistado, garantindo assim, a confidencialidade dos dados.

Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Local e data:

Assinatura da participante: